



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 27 - Nº 517 - DE 10 A 24 DE ABRIL DE 2016 - R\$ 3,00

Não ao impeachment! ABAIXO O GOLPE:

- do PSDB e de seus aliados
- do Ministério Público, da Polícia Federal, do Supremo Tribunal Federal
- da canalha parlamentar do Congresso Nacional
- da FIESP, de todos os capitalistas e do capital financeiro
- da Ordem dos Advogados, das Associações de Magistrados e das quadrilhas de associações civis
- do Movimento “Vem pra Rua” e do Movimento Brasil Livre
- da Rede Globo, do jornal Estadão e toda imprensa monopolista
- da burguesia brasileira e do imperialismo

Levantemos as reivindicações da classe operária, dos camponeses, dos sem-teto e da classe média arruinada! Organizemos um movimento nacional para colocar nas ruas as necessidades da maioria oprimida! Respondamos à corrupção da burguesia e de seus partidos apontando que somente as massas mobilizadas com seus Tribunais Populares serão capazes de julgá-los e puni-los! Enfrentemos as ações golpistas com a mobilização geral e unitária dos explorados por suas reivindicações e com a luta de classes! Ergamos a bandeira: somente um governo operário e camponês nascido das lutas e assentado na organização independente dos explorados poderá resolver a crise política, que é uma crise do poder burguês.

Oposição revolucionária a Dilma

Sob o manto da crise política, os capitalistas atacam ferozmente os explorados

Ergamos o programa que de fato defende a vida das massas! Lutemos com as reivindicações que unificam os oprimidos!

Toda a atenção política está concentrada no golpe do impeachment que está por se consagrar. Toda a atenção social vem sendo formada pela gigantesca campanha da imprensa empenhada em derrubar o governo petista. Toda a energia e meios disponíveis compatíveis com a situação foram e estão sendo empregados pela burguesia para “solucionar” a crise política, começando por erradicar o governo de Dilma Rousseff, que já não atende plenamente aos interesses do capital.

Desde a constituição do novo governo, o País viveu sob ações, medidas e ofensivas da oposição para desestabilizar a administração petista. Em grande medida, a crise política se deve à regular e persistente decisão de setores da burguesia e da oposição no Congresso Nacional de não permitir que Dilma governasse.

O ensaio da governabilidade teve como ponto alto a convocação de um ministro da Fazenda, Joaquim Levy, ligado ao capital financeiro e o anúncio da nova política econômica calcada no ajuste fiscal. As primeiras medidas de Dilma dirigiram-se justamente contra os assalariados, contra os mais pobres e oprimidos. A burguesia aplaudiu, mas considerou insuficiente. Era preciso “cortar na carne”.

Dilma atendeu, reduzindo o orçamento destinado aos serviços e programas sociais e às necessidades mais prementes da população. Também não foi suficiente. Dilma partiu para as privatizações. Chegou ao ponto de colaborar com a lei de José Serra (PSDB) que impulsiona o avanço da desnacionalização do petróleo e da Petrobrás. Nada disso serviu. Dilma anunciou sua disposição de implementar uma nova reforma da Previdência. Seu governo, porém, já estava sitiado pelos golpistas, que se serviram da recessão, da volta das demissões em massa, da alta do custo de vida e da precarização dos serviços públicos para enganar os explorados com a bandeira de que a solução está no impeachment.

O governo petista passou a cumprir a desgraçada função de ocultar que a profunda crise econômica – a recessão, as demissões, a alta da taxa do desemprego, a queda na renda média dos assalariados, a elevação da carestia e a inflação – são responsabilidade da classe capitalista. A campanha golpista concentrou toda a desintegração do capitalismo nas costas do governo Dilma, sem que pudesse dizer: sou responsável porque governo para vocês capitalistas, mas antes de tudo os primeiros responsáveis são vocês que controlam a economia e o próprio Estado.

O PT e seu governo puderam ser pintados pela oposição, Fiesp, CNI, CNA, etc. como os únicos responsáveis pela derrocada econômica porque, ao assumirem a chefia do Estado, assumiram o compromisso de qualquer governo burguês de solucionar a crise. Tarefa essa que exige uma férrea centralização política das frações capitalistas em disputa e uma férrea decisão de descarregar inteiramente e sem vacilação a crise sobre as massas.

O PT, a CUT, CTB, MST e UNE caem juntamente com o governo que sustentam. Mas não a classe operária, os camponeses e a juven-

tude oprimida. São suas direções burocráticas que caem dos degraus do Estado que puderam subir com os governos petistas. A sua responsabilidade diante dos explorados é imensa. Isso porque integraram as organizações operárias, camponeses, populares e estudantis na política de Estado, em outras palavras, na política burguesa.

A queda de Dilma – já não importa se cairá ou não pelo impeachment – representa a queda da política reformista, que mal se esboçou e que fracassou rotundamente. Com ela, desaba a política da burocracia sindical governista, que terá de se adaptar ao novo governo ou à permanência de Dilma que, sendo assim, em seus últimos suspiros, atacará mais fundo os explorados.

São claras as evidências materiais dessa avaliação. A CUT e seus aliados fizeram de conta que estavam contra as medidas anti-operárias e antinacionais de seu próprio governo. Fingiram diante dos explorados que arcaram com as MPs 664 e 665. Negligenciaram diante dos cortes orçamentários e da contenção do aumento do salário mínimo que atingiram milhões de famílias. Cederam à investida das privatizações e desnacionalizações. Auxiliaram o governo a flexibilizar ainda mais as relações capitalistas do trabalho. Negaram-se a organizar um movimento nacional em defesa dos empregos e salários. Concentraram-se na defesa do governo e da democracia em detrimento das necessidades da maioria oprimida, que recebe a maior parte do impacto da desintegração do capitalismo e das medidas governamentais. E permitiram que à sombra da crise política os capitalistas demitissem à vontade e cortassem salários. Colaboraram com as multinacionais manobrando com os lay-offs, PDVs e aplicando a flexibilização capitalista do trabalho. Evitaram convocar as assembleias gerais para responder à ofensiva geral da burguesia contra a classe operária, os camponeses e a juventude pobre.

Afirmamos e defendemos que somente a classe operária poderia quebrar a espinha dorsal do golpe. Para isso, era preciso organizar um movimento nacional pelo fim das demissões, reincorporação dos demitidos, redução da jornada sem reduzir salários, escala móvel das horas de trabalho, salário mínimo vital calculado pelas assembleias, reajuste automático dos salários, reforma agrária, plano habitação sob controle operário e revogação de todas as medidas anti-operárias, antipopular e antinacional. Por essa via, a classe operária, os camponeses e a juventude se ergueriam no terreno da independência política e defenderia que o destino do governo Dilma passasse para as mãos de quem as elegeu e do movimento organizado. Independentemente do que ocorrerá com o impeachment, essa é a via que os explorados percorrerão. E por ela devemos lutar com firmeza e dedicação revolucionárias. Não pode haver a menor dúvida de que o capitalismo enfrenta sua maior crise depois a 2ª Guerra Mundial e somente a volta da classe operária como força social revolucionária poderá abrir no horizonte uma saída histórica, que elimine a exploração do homem pelo homem e coloque a humanidade em um novo patamar.

Acalorada defesa de Cardozo

Relator aceita a “admissibilidade do impeachment”

A peça de oratória preparada pelo ministro da Advocacia Geral da União, José Eduardo Cardozo, brilhou sobre a fétida Comissão Especial. O discurso se assemelhou a uma apresentação de tese acadêmica. Bem concatenada, separada em rigorosas partes, sustentada por claras premissas e conclusões e amarrada pela tese de que o impeachment sem crime de responsabilidade é golpe.

Os crocodilos da Comissão já sabiam de cor e salteado o que diria o brilhante orador. Comportaram-se como rastejantes civilizados. Nenhum movimento estabonado poderia perturbar a harmonia do pântano. Estavam ali para ouvir o estertor do governo de Dilma Rousseff. O final retumbante deveria parecer perfeitamente de acordo com o rito processual e juridicamente correto.

O direito à defesa da presidente da República foi tratado de maneira a não parecer nenhum pinga de mácula e que não ficasse no corpo do condenado nenhuma marca de nódoa. No ambiente cuja toda hostilidade e toda bizarrice pareciam ter cessado, José Eduardo Cardozo proferiu a frase tão aguardada pelos répteis: o impeachment sem base jurídica, sem crime de responsabilidade, “é golpe, sim! “. Nada do que dissesse, por mais convincente e fundamentado que fosse, mudaria a ordem do pântano.

A Comissão Especial foi montada com maioria e minoria pré-estabelecidas. O resultado era conhecido antecipadamente. Montou-se um circo. O governo ocupou o centro do picadeiro como palhaço. Os seus partidários comportaram-se de maneira a cumprir com o rito, abraçados à esperança de no final preservarem a ordem democrática, defenderem o Estado de Direito e vencerem os golpistas ou no Congresso Nacional ou no Judiciário.

A denúncia de Cardozo de que todo o processo de impeachment estava “viciado”, uma vez que foi admitido pelo presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, por motivo de “vingança” política pareceu ser o ponto de partida para o governo recorrer ao Supremo Tribunal Federal. O defensor do governo não poderia dizer que não reconhecia a autoridade de Cunha, um comprovado delinquente e réu no processo da Lava Jato. E que a aceitação pelo Congresso Nacional e Supremo dessa esdrúxula e pecaminosa situação igualmente retirou-lhes qualquer autoridade para derrubar o governo eleito por 54 milhões de votos.

Sobre o impeachment paira a autoridade de um bandido da República. Um bandido que continua solto e saltitante nos corredores de Brasília, enquanto que altas figuras da burguesia estão nas garras do juiz Sérgio Moro. Um bandido protegido pelos partidos, pelo Congresso Nacional e pela justiça, até que cumpra seu papel de uma das peças do golpe institucional.

O PT e Dilma Rousseff, sem dúvida, têm enorme responsabilidade diante do facínora Eduardo Cunha. Contemplaram diante dessa especialíssima figura da política burguesa e procuraram não feri-la em nome da aliança com o PMDB. Também ajudaram a proteger os reacionários que controlam o Congresso Nacional. Eis por que Cardozo não esteve em boas condições morais para atacar Cunha e defender a tese de que o processo de impeachment era viciado e por isso nulo. Era notório que os argumentos sobre a ausência de crime de responsabilidade eram pérolas jogadas no pântano. O veemente e brilhante discurso que demonstrava que Dilma não violou a Lei de Responsabilidade Fiscal se desfazia naquela atmosfera circense em centelhas que se apagavam ali mesmo e imediatamente.

Toda a mesa diretora da Comissão Especial esteve imbuída de levar adiante o impeachment. O seu presidente Rogério Rosso (PSD) a dirigiu como um respeitável lorde, procurando ressaltar o refinamento e fingendo isenção. O relator, Jovanir Arantes (PTB), de pequena estatura política, esperava tão somente o momento para ler o relatório de “admissibilidade do impeachment”. Na sessão de 6 de abril, deu por terminada sua função, a qual coroou com muita honra de servidor da democracia, do Estado de Direito e da República.

Os governistas já esperavam e em sua quietude mostraram resig-

nação. Também são fieis servidores da República. A peça de Arantes simplesmente desconhece qualquer mérito da defesa do governo. Nada que fugisse do roteiro teatral. A Comissão Especial espelha o Congresso Nacional, do qual faz parte o PT e sua política.

A exposição de Cardozo não se limitou a impugnar o processo de impeachment por “vício”, por “desvio de poder”, e a refutar a tese de que Dilma Rousseff cometeu “crime de responsabilidade”. Foi mais alto na defesa do governo. Desenvolveu nas considerações iniciais a premissa de que para haver o impeachment de um presidente é preciso que haja inequivocamente um “atentado” à Constituição. Somente em caso “extremo” se evocaria o impeachment. Não são quaisquer violações de determinadas leis que ensejam o impedimento de um presidente. Não há governante e nem pode haver, seguindo o raciocínio de Cardozo, que não seja obrigado a passar por cima de leis e logo mais voltar a elas. Os decretos de créditos suplementares e as tais pedaladas fiscais não configurariam um “atentado” à ordem constitucional, caso tivessem sido ilegais.

Cardozo reforçou um argumento com outro: o governo não cometeu violação da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas se a tivesse cometido, mesmo assim, não seria motivo suficiente para interromper o mandato de Dilma, que não atentou contra a Constituição. Se se derruba o governo que não provocou nenhuma ruptura constitucional, então, o impeachment está sendo usado como instrumento de golpe. Esse é o argumento e a razão mais profunda do PT e seu governo denunciarem que estão sendo vítima de um movimento golpista. Reconhecem o impeachment como recurso constitucional defensivo da República e da democracia. Mas apenas o reconhecem no caso de ruptura dessa mesma ordem democrática e do Estado de Direito. Está claro que se Dilma for destituída não foi porque constituiu um perigo à ordem burguesa, mas porque não serve mais à burguesia.

Tomado desse ponto de vista, os partidos da oposição e seus aliados, a imprensa monopolista, o Congresso Nacional e demais poderes do Estado estão na fase final de um julgamento político do governo petista. O crime de responsabilidade é um descarado alibi, sem dizer nada sobre a inestimável contribuição da Operação Lava Jato para criar as melhores políticas para o golpe.

Segundo a tese fundamental de Cardozo, o que seria um atentado à ordem constitucional? Seria subvertê-la ou abrir caminho para a subversão. O fundamento da Constituição e, portanto, do Estado Democrático de Direito, se assenta na propriedade privada dos meios de produção e da propriedade em geral, de onde emana toda a superestrutura jurídica e política. Essas relações conformam o Estado e sua função histórica que é o exercício da ditadura de classe da burguesia sobre a classe operária e demais classes oprimidas. A democracia e, portanto, o Estado de Direito é uma forma de regime político, que serve à ditadura de classe dos capitalistas sobre a maioria oprimida. No fundo de sua tese de que o governo em nenhum momento atentou ou pretendeu atentar contra a ordem constitucional, estava a constatação de que foi fiel cumpridor da democracia e, portanto, da ditadura de classe dos exploradores. Essa é a essência e o fundamento geral de qualquer governo que ocupa o Estado burguês. Se há algo que os capitalistas brasileiros e o imperialismo devem reconhecer e agradecer aos governos petistas é o fato de terem sido guardiães de seus interesses gerais e de utilizarem seu braço sindical, camponês e popular para promover a conciliação de classes e manter o movimento operário encabrestado pela política burguesa.

Não por acaso, a resistência do PT e aliados ao golpe se dá nos marcos da democracia e do Estado de Direito que os estrangula e os caça como corruptos e quadrilheiros. Está aí por que participam do circo da Comissão Especial e esperam se salvar do impeachment por meio do realinhamento da aliança com os mesmos partidos da burguesia ou então com o reconhecimento do STF de que não há base jurídica para o impeachment. Não podem contar com um levante dos explorados, uma vez que Dilma assumiu a plena responsabilidade de atacá-los e de proteger os capitalistas.

Abaixo o golpe contra Dilma!

Não ao impeachment armado pelo PSDB, DEM, PPS e demais golpistas!

Somente quem elegeu Dilma pode destituí-la. Somente por meio da revogabilidade do mandato, um governo eleito pode ser destituído. Para que a população decida sobre o destino de um presidente eleito, é preciso que se abra um verdadeiro processo democrático, por meio do qual a população possa discutir e fazer um julgamento próprio (Tribunais Populares). É preciso que todas as forças sociais se coloquem abertamente diante de fatos concretos e motivos políticos que justifiquem a revogação do mandato e convocação de novas eleições. Não serão nem os partidos, nem as instituições do Estado que interromperão o mandato presidencial – será o povo, com suas respectivas expressões de classe (operária, camponesa, pequeno-burguesa urbana, que constituem a maioria). Não será a imprensa burguesa monopolista que conduzirá o processo político-social. A população assalariada deverá constituir um comitê nacional eleito pelo voto direto, para conduzir as discussões e a votação final pela revogação ou permanência do governo. Os sindicatos e demais organizações operárias e populares deverão organizar a campanha pela destituição ou permanência por meio de assembleias, que por sua vez devem ser completamente independentes e democráticas. Todas as correntes do movimento operário, camponês, popular e estudantil devem ter iguais direitos de manifestação e defesa de suas posições. Não haverá nenhuma intervenção das forças de repressão do Estado. Os choques sociais serão resolvidos pelos métodos da democracia das massas.

Essa é a verdadeira via democrática para resolver as disputas interburguesas em torno do poder do Estado. Isso quando a classe operária não está em condições de tomar o poder, liderando um movimento revolucionário da maioria nacional oprimida.

A luta democrática é inevitável e imprescindível para o proletariado superar suas ilusões no regime burguês e ajudar a maioria oprimida a se emancipar de todas as variantes da política burguesa. Para isso, é preciso que sua vanguarda se coloque diante da crise de governo e de regime político com a política proletária.

A defesa do princípio democrático da revogabilidade do mandato do governo pelas próprias massas que o elegeram – princípio esse da própria democracia formal, burguesa – se choca com a democracia oligárquica vigente no Brasil. Em vez de a burguesia aperfeiçoar a democracia, adotando o princípio da revogabilidade do mandato, assimilou o instituto antidemocrático do “impeachment” (impedimento). As massas que elegeram o presidente perdem no dia seguinte qualquer ascendência e controle sobre o eleito. O mesmo ocorre com os parlamentares e os respectivos partidos. Assim funciona a democracia burguesa e assim deve funcionar porque está a serviço da ditadura de classe da minoria capitalista sobre a maioria oprimida. O impeachment tira o poder da população de decidir sobre a destituição ou permanência do governo e consagra o poder da minoria burguesa.

Na cassação do mandato de Fernando Collor, foi assim; e

será assim com o de Dilma Rousseff, independente dos motivos e de sua gravidade. *Os explorados devem condenar o impeachment, por princípio democrático, e levantar a bandeira de quem elegeu é quem destitui, ou seja, a do também princípio democrático da revogabilidade do mandato.* Qualquer apoio direto ou indireto, aberto ou disfarçado, ao impeachment é um desserviço à luta dos explorados, portanto, reacionário. A esquerda que tem em seu ideário a revogabilidade do mandato, mas que não condena o impeachment como instrumento antidemocrático, expressa a política oportunista.

O PT e seus aliados que se batem contra a cassação do mandato de Dilma sem rechaçar o impeachment por princípio estão submetidos à democracia oligárquica e ao real centro de decisão política que é o grande capital nacional e imperialista. Não é por acaso que o mandato de Dilma não depende das massas, mas dos partidos orgânicos da burguesia. Isso em geral. Em particular, depende do PMDB, que é seu principal aliado e parte do governo.

O avanço da crise e o fortalecimento do movimento pró impeachment oscilaram o pêndulo peemedebista para o objetivo golpista do PSDB/DEM. O PMDB, oligárquico e profundamente fisiológico, foi se deslocando para a trincheira da oposição conforme a grande burguesia se convencia de que o governo Dilma estava esgotado e não mais lhe servia. E conforme a classe média reafirmava sua disposição de por fim ao governo petista. É nessa virada crucial que o impeachment se tornou viável.

Os poderes do Estado – Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, Procuradoria Geral da União, Polícia Federal e Congresso Nacional – convergiram contra o governo Dilma. A Operação Lava Jato se encarregou de bombardear o PT e seu governo. Era necessário quebrá-los administrativo e politicamente. Não bastava a justificativa de violação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dilma, o PT e Lula estavam convencidos de que não havia base jurídica que lastreasse a derrubada do governo por meio do impeachment. O PSDB também sentia essa limitação. As ações planejadas da PF, tendo à frente o juiz Sérgio Moro, e a gigantesca campanha da imprensa em torno do financiamento do PT por meio de negociatas e fraudes envolvendo as empreiteiras e a Petrobrás possibilitaram criar as condições políticas para o impeachment.

As forças do impeachment conseguiram convencer grande parte dos explorados de que a remoção de Dilma se deve à corrupção e à incapacidade de governar. A crise econômica e as brutais consequências para a maioria oprimida foram colocadas inteiramente nas costas do governo petista. A burocracia sindical, com sua política de colaboração de classes e de submissão aos interesses gerais da burguesia, auxiliou a oposição a criar a grande farsa de que apenas Dilma é responsável pelo fechamento de fábricas, destruição de postos de trabalho, demissões em massa, aumento da taxa de desemprego, elevação do custo de vida, etc. Os capitalistas – financistas, industriais, multinacionais, especuladores, latifundiários – foram e estão

sendo apresentados como vítimas das ações governamentais, assim como toda a população.

A política econômica de Dilma, mesmo não sendo a que a burguesia quer e necessita para se proteger, é capitalista. A tentativa de implantar um ajuste fiscal, com o ministro banqueiro Joaquim Levy, foi a demonstração de Dilma que estava disposta a atender às exigências do grande capital. Assumiu logo de início medidas anti-operárias, antipopulares e antinacionais. Mas logo se mostrou incapaz de centralizar as frações da burguesia e disciplinar o Congresso Nacional.

O PSDB implantou uma oposição de ferro e fogo, contando com uma fração expressiva do PMDB e demais aliados governistas. Dilma foi cercada por todos os lados, no seio do Estado. As violações e arbitrariedades jurídicas levadas a cabo pelo juiz Moro, postas em prática pela PF e apoiadas por ministros do Supremo Tribunal Federal, expõem o complô contra Dilma e o PT. Não se trata de erros na condução das investigações da Operação Lava Jato, mas de ações voltadas a desestabilizar o governo e promover o impeachment, tanto diante dos poderes do Estado quanto das massas.

Sabe-se perfeitamente que o PSDB, PMDB e outros partidos estão também atolados nas negociatas com as empreiteiras que a todos financiaram. O comprometimento de cerca de 40 deputados com o esquema de corrupção – muitos nomes continuam ocultos –, sendo dois deles presidentes do Senado e da Câmara Federal, dá perfeitamente a dimensão política da concentração da Lava Jato em torno do governo Dilma e do PT.

Está mais do que claro que o impeachment não apenas é um instrumento antidemocrático, como está sendo usado pelos partidos opositores sem apresentar os principais fundamentos da crise política. Nem a alegada violação da Lei de Responsabilidade Fiscal, nem a corrupção e nem a acusação de que Dilma procurou interferir nas investigações são os reais motivos. São expostos assim à população como clara manobra antidemocrática.

O golpe institucional precisa não apenas de uma máscara constitucional, mas também do consentimento passivo da maioria da população e ativo de uma fração minoritária da classe média. O que tem exigido uma sequência de manobras judiciais, policiais e políticas. A essência dos choques no seio do Estado não pode ser exposta nem pela oposição e nem pelos governistas. Somente a política do proletariado tem interesse em demonstrar que a burguesia perdeu a confiança na capacidade do governo petista e sua aliança oligárquica de centralizar as frações capitalistas para enfrentar a profunda crise nacional, que tem sua origem na decomposição da economia mundial.

Certamente, a burguesia cometerá um erro se retomar o poder pela via do golpe institucional. Isso por que o PT e seus governos se mostraram capazes e dispostos a bloquear as lutas.

Canalizaram o descontentamento dos explorados para a política burguesa de inclusão social. E subordinaram os sindicatos à política de Estado. Ocorre que se trata de um erro necessário. Está colocado constituir uma nova coalizão burguesa para enfrentar a crise e o inevitável agravamento da luta de classes.

O PSDB é o partido do capital industrial e expressão da supremacia do estado mais desenvolvido da Federação. No entanto, depende de uma coalizão com setores oligárquicos. Isso explica a debandada de parcela crescente do PMDB para a consecução do impeachment. A sua possibilidade despertou enormes interesses em partidos que no passado foram aliados de esquerda, como o PSB. Não pode haver dúvida de que as mudanças no alinhamento se dão em torno do golpe institucional. Não se trata apenas de derrubar o governo do PT, mas inviabilizar a candidatura de Lula ou de qualquer outro petista em 2018.

Considerando esses fatores de conjunto, é necessário levantar a bandeira de abaixo o golpe e não ao impeachment. No entanto, os explorados não vão compreender,

nem se interessar pela luta democrática, se esta não estiver vinculada à luta contra a destruição de postos de trabalho, as demissões em massa, o desemprego, a alta do custo de vida e a destruição de conquistas trabalhistas e previdenciárias. A burocracia sindical da CUT e seus aliados (MST, UNE, MTST) auxiliam o movimento golpista quando não organizam uma frente de luta nacional contra os capitalistas que destroem forças produtivas, demitem e rebaixam os salários.

A bandeira de defesa geral da democracia e a bandeira abstrata de defesa dos direitos sociais joga água no moinho dos golpistas. A identificação da luta contra o

impeachment com a sustentação do governo burguês de Dilma Rousseff, que significa apoiar objetivamente sua política econômica antinacional e antipopular, confunde a classe operária e favorece a campanha da direita burguesa.

A classe operária desorganizada, arregimentada pela burocracia sindical e carente do partido revolucionário não tem como se manifestar por meio da luta de classes e da independência política. A vanguarda tem a tarefa de lutar contra o golpe, partindo das necessidades prementes da maioria explorada. Tem o dever de aproveitar a crise política e as disputas interburguesas para defender o programa e a estratégia revolucionária do proletariado. Tem de subordinar a luta democrática contra o impeachment às reivindicações e métodos de luta que opõem os explorados à classe capitalista e ao seu Estado. Tem de condicioná-la à defesa da constituição de um governo operário e camponês, produto da revolução proletária.

Abaixo o golpe institucional contra Dilma!

Não ao impeachment!

Constituir uma frente única em defesa dos empregos, dos salários, dos direitos trabalhistas e previdenciários!

Organizar a luta no campo da independência de classe!



Dilma defende a democracia e o chamado Estado de Direito, exatamente o instrumento e os que estão aninhados como articuladores do golpe

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Porque a classe operária e demais explorados devem ser contra o impeachment

Porque a luta contra o golpe não deve ser de apoio ao governo

Está claro que a Comissão Especial que decidirá sobre o acatamento ou não do impeachment da presidente Dilma Rousseff não passa de um circo. Sabíamos disso assim que foi constituída. As cartas estavam marcadas antecipadamente. Não haveria nenhuma avaliação jurídica séria. Não haveria uma conclusão política sobre bases materiais. As explicações dos acusadores e a defesa do governo não modificaram em nada as posições já cristalizadas. Os deputados foram selecionados pelos líderes partidários segundo a inclinação pré-estabelecida a favor ou contra o impeachment. Nem os argumentos do governo, nem os dos seus acusadores modificaram as opiniões de quem quer que seja. O que quer dizer que todos são partes envolvidas e interessadas no julgamento.

O PSDB, que lidera a oposição, quer derrubar o governo e criar as condições para retomar o poder do Estado. Não admitiu sua derrota eleitoral. O PMDB, que faz parte do governo, por meio do vice-presidente, tem a ganhar com o impeachment. Importantes lideranças, a começar por Michel Temer, trabalham pela formação de um novo governo. Uma fração do PSDB, sob a chefia do senador José Serra, pretende montar um governo transitório em torno de Temer. Logo mais, a Câmara dos Deputados votará o pedido de impeachment.

O PT e PSDB contam seus votos. De um lado, os governistas reorganizam suas forças, depois da decisão do PMDB de abandonar o governo, redistribuindo cargos. De outro, a oposição, apoiada por empresários e imprensa, pressiona para que votem pela derrubada de Dilma. Ambas as partes fazem listas públicas de deputados, para que sejam responsabilizados pelo resultado final. Os governistas indicam quem são os golpistas. Os oposicionistas, quem são os que votam em apoio ao governo petista, envolvido no saque da Petrobrás, na corrupção e responsável pela crise econômica.

Assistiremos na Câmara dos Deputados o mesmo circo montado pela Comissão Especial, somente não sabemos ainda com precisão o resultado final. O PSDB e seus asseclas avaliam que é grande a chance do impeachment passar. O PT se bate por alcançar os 172 votos necessários ou ausências para evitar a queda de Dilma. A população, formada pela maioria de operários, camponeses e de classe média pobre, assiste e assistirá ao espetáculo. Não tem nenhum poder de decisão, embora tenha se dividido nas eleições de 2014 e dado a vitória a Dilma, com 54 milhões de votos.

Ocorre que na democracia e no denominado Estado de Direito quem elegeu não controla o governo eleito. O poder não emana do povo, como se diz pomposamente. O poder real que sustenta a democracia são os capitalistas, fundamentalmente os grandes capitalistas e a velha oligarquia agrária, ainda que decadente. Está aí por que é negado ao “povo”, ou seja, à maioria nacional oprimida, o poder de destituição do governo.

As manifestações de uma camada da classe média a favor do impeachment e as contrárias, organizadas pela Frente Brasil Popular (CUT, CTB, MST, UNE, PT e PCdoB), servem ao circo parlamentar. Não foram independentes e não expressa-

ram o poder da maior oprimida. São manifestações subordinadas às disputas políticas no Congresso Nacional e judiciais no Supremo Tribunal Federal. O que significa o seguinte: aqueles que elegeram não são os que destituem o governo eleito. Quem derrubar ou conservará o mandato de Dilma são os deputados e juízes, que estão subordinados ao poder dos capitalistas, ou seja, da classe minoritária e exploradora da maioria.

Os jornais dizem que a maioria quer o impeachment. Para “comprovar”, mostram pesquisas de opinião. Nada mais falso, uma vez que a maioria oprimida não teve possibilidade de conhecer as reais causas da crise política e das disputas interburguesas. A versão criada pela imprensa monopolista é a mesma que a da oposição, que tem buscado o golpe desde o primeiro dia do mandato de Dilma. Está claro que os meios de comunicação se tornaram porta-vozes do PSDB, DEM e demais aliados. E por quê? Porque são instrumentos político-ideológicos da classe capitalista, cujo núcleo dominante está pela destituição do governo, por não ver nele e no PT condições para responder à gigantesca recessão e à decomposição do capitalismo, que é mundial (ainda que o governo professe continuamente sua disposição para aplicar as medidas antinacionais e antipopulares ditadas pelo capital financeiro internacional).

O fato de a classe operária não ter seu partido revolucionário e carecer de organizações próprias independentes das forças burguesas não a permite julgar a crise de seu ponto de vista de classe, responder com sua política e combater o golpe da direita com seu programa e estratégia de poder (a luta por um governo operário e camponês). Sem uma política independente, a classe operária não pode lutar contra o impeachment sem estar subordinada à política burguesa do PT. A consequência é muito mais grave. Sem a política revolucionária, que lhe permite lutar por um poder próprio, a classe operária não tem como convencer os camponeses e a classe média pobre de que o golpe é retirar da maioria oprimida o poder de derrubar o governo que elegeu.

Quem elegeu é que pode destituir! Esse pressuposto é da própria democracia burguesa, que, no entanto, é extremamente deformada no caso do Brasil. A revogabilidade do mandato por quem elege não consta no ordenamento jurídico e político do Estado brasileiro, justamente porque implica que as massas exerçam a soberania política. A burguesia não pode admitir nem mesmo a sombra do “poder que emana do povo”. Em seu lugar, copiou-se das democracias imperialistas o princípio do “impeachment” (impedimento), cujo pressuposto antidemocrático está em que o Congresso Nacional, seus partidos e parlamentares representam o “povo”. *Essa é a única razão pela qual os explorados devem lutar contra o impeachment e, portanto, contra a derrubada de Dilma por essa via.*

Há entre as esquerdas quem diz que não há golpe. Erram brutalmente. O golpe consiste precisamente na aplicação do impeachment que expressa o poder da minoria burguesa de cassar o voto de 54 milhões que elegeram Dilma e rechaçaram Aécio Neves. Trata-se dos explorados exercerem de fato a so-

berania popular, ainda que no plano democrático-burguês. Não há nenhum outro motivo fundamental que caracterize o impeachment como golpe. No entanto, o PT e seu governo não rechaçam o impeachment como instrumento da minoria burguesa. Consideram-no como constitucional, portanto, legítimo meio para o Congresso Nacional interromper o mandato de um presidente. Alegam que o golpe se deve não ao impeachment, mas tão somente à falta do crime de responsabilidade. Dilma poderia perder o mandato, como ocorreu com o ex-presidente Fernando Collor de Melo, mas para isso deveria ser comprovado que atentou contra a Constituição. Acusa a oposição de ter forjado um crime de responsabilidade.

Em sua defesa na Comissão Especial, o advogado geral da União, José Eduardo Cardozo, concentrou-se em demonstrar que a denúncia de violação da Lei de Responsabilidade Fiscal é falsa, inconsistente e improcedente. Se fosse verdadeira, seria legítima e necessária a interrupção do mandato presidencial. A oposição, por sua vez, afirma que a violação e o crime de responsabilidade são claros. Nesse terreno de disputa interburguesa, em que os explorados não têm como ter investigação e conclusão próprias, prevalecerá a interpretação política dos parlamentares, podendo ir parar finalmente nas mãos do Supremo Tribunal Federal.

É sabido que as leis são utilizadas de acordo com as necessidades da burguesia. Constantemente, prefeitos, governadores e governo federal as manejam de acordo com os interesses gerais da burguesia. Está aí por que Dilma se defende mostrando que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso fez as mesmas operações financeiras e orçamentárias sem, contudo, sofrer denúncia do Tribunal de Contas da União. A resposta dos defensores do impeachment de que o presidente de honra do PSDB as utilizou em menor escala e em menor volume não eliminam o fato de que houve violação da Lei de Responsabilidade Fiscal, criada por eles mesmos e ditada pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial para proteger os credores e especuladores.

A montagem do processo de impeachment não para aí. A Operação Lava Jato se tornou uma poderosa arma contra o PT e seu governo. Todos os grandes partidos estão envolvidos com as empreiteiras, que se aproveitaram da venalidade da burocracia estatal, dos partidos e dos políticos para saquearem a Petrobrás e outras estatais. Mas a rede de interesses e negociatas é muito mais ampla, envolve bancos, multinacionais e grandes empresários brasileiros, que continuam encobertos pela lei que permite o financiamento privado de campanha eleitoral. Nenhum capitalista entrega milhões aos partidos se não for para proteger seus interesses no Estado, que finalmente recaem na forma de impostos, de cortes orçamentários, de eliminação de direitos, etc.

Os explorados elegem os candidatos que servirão à burguesia. Não têm como defender seus interesses de pobres e oprimidos nas instituições do Estado e por meio da política dos partidos patronais. Essa é a dura verdade da democracia burguesa. Dura verdade para os explorados, certamente. É nesse terreno que o PSDB e seus aliados organizaram o movimento pela derubada de Dilma Rousseff. Movimento esse que faz parte do funcionamento do Estado, ou, como soa mais bonito, do chama-

do Estado de Direito, que quer dizer império da Constituição, o qual garante o direito de propriedade dos meios de produção, de exploração do trabalho e do exercício da ditadura de classe da minoria capitalista sobre a maioria trabalhadora.

A classe operária e demais explorados não devem se meter nesta armadilha. Não devem sair em defesa do Estado de Direito e da democracia em geral quando se trata de uma disputa interburguesa no campo da Constituição e da legalidade. Os aspectos assinalados expressam, antes de tudo, as conspirações e choques no plano jurídico-político sobre o qual os explorados não têm controle e de fato nada sabem, a não ser as versões que oferecem governistas e golpistas. É importante denunciar as arbitrariedades, as ações antidemocráticas e as conspirações voltadas a derrubar a presidente eleita e a criminalizar o PT.

O Partido Operário Revolucionário tem denunciado e combatido constantemente a política dos golpistas, em todos os seus aspectos. No entanto, sem se colocar no terreno do governismo, que está envolvido até a medula com a política burguesa, com as relações oligárquicas de poder e com a podridão no seio do Estado. Nossa bandeira foi, desde o seu primeiro mandato, de Oposição Revolucionária ao Governo Burguês de Dilma Rousseff. É por essa via que temos defendido a indepen-

dência de classe dos explorados diante do governo petista, de todos os partidos da burguesia e do Estado. E é por ela que combatemos o golpe institucional. Levantamos a bandeira de abaixo o golpe contra Dilma Rousseff na defesa do princípio democrático da revogabilidade do mandato por aqueles que elegeram a presidente. O que exige que não se tenha nenhum compromisso com a defesa do governo burguês.

Os explorados devem lutar contra o golpe, sob a estratégia de poder própria

– a luta por um governo operário e camponês, com os métodos e meios da revolução proletária. É preciso organizar um Tribunal Popular, nascido das lutas e apoiado nas assembleias operárias, camponesas e populares. Somente uma organização própria e independente edificada no seio da maioria oprimida tem como responder à crise econômica e política com o programa do proletariado.

Está praticamente definido que parte dos explorados segue os golpistas e parte, o governismo. Isso se deve à ausência do partido revolucionário e, conseqüentemente, de um movimento independente dos explorados, com suas reivindicações e seus métodos próprios de luta. Situação que exige maior esforço da vanguarda e das camadas mais conscientes dos explorados e da juventude em concentrar esforços na construção do partido proletário.

Tanto a queda do governo como a sua manutenção colocará no dia seguinte as mesmas necessidades dos explorados: defender em todo o país os empregos, os salários, os direitos trabalhistas e previdenciários e as condições gerais de existência da maioria oprimida.

Abaixo o golpe contra o governo Dilma! Não ao impeachment!

Os explorados, com sua independência de classe e a partir de suas reivindicações próprias e seus métodos de luta, precisam tomar em suas mãos a bandeira da revogabilidade do mandato da presidente apenas por quem a elegeu!

6 de abril de 2016



Dilma no momento mais decisivo diante do golpe

Inviabilidade da plena democracia burguesa e a centralização burocrático-autoritária do Estado

O final do segundo governo de FHC se caracterizou por uma profunda divisão interburguesa. Somado a isso, o agravamento da crise de superprodução e a piora das condições de vida e trabalho geraram um grande descontentamento entre os explorados. Não se colocando contra as diretrizes pró-imperialistas do governo de FHC, no contexto de divisão interburguesa, o PT apareceu como uma alternativa para a burguesia para a manutenção da estabilidade e a realização do programa neoliberal, na medida em que também se comprometia com grande parte das frações burguesas e controlava a luta dos explorados por meio da política de colaboração de classes.

Apesar do apoio da burguesia, as disputas interburguesas não deixaram de se manifestar no governo do PT. São várias as acusações de corrupção desde o primeiro governo Lula, como o “mensalão” e as diversas CPIs, impulsionadas principalmente pela coligação PSDB / PFL (DEM). Apesar da crise política, o crescimento econômico no governo Lula, o fiel cumprimento das diretrizes imperialistas e as migalhas de assistencialismo possibilitaram que o PT se reelegesse, porém, já desgastado e cada vez mais dependente do PMDB. Tais disputas interburguesas constituíram o germe da atual crise política por que passa o governo Dilma.

Com o avanço da crise de superprodução e o esgotamento das medidas “anticíclicas”, o governo Dilma se depara com a imposição do imperialismo para que se realize uma política de ajuste fiscal de modo a obter um superávit primário para o pagamento da dívida pública.

O avanço da crise dá novo gás à divisão interburguesa. Nas eleições de 2014, já se notou um deslocamento da fração da burguesia do Sudeste para impedir a continuidade do PT no poder, apoiando ostensivamente a candidatura do PSDB. Após as eleições, passou a simpatizar com a tática do sangramento lento do PT até as eleições de 2018, impulsionada pela fração do PSDB ligada a Alckmin, de modo a não ameaçar a aplicação das medidas antinacionais, antipopulares e antioperárias. A FIESP chegou a assinar uma carta com as centrais sindicais, como CUT e Força Sindical, em defesa da governabilidade, diante do movimento pelo impeachment da Dilma em agosto de 2015, o que mostra que a crise política é um processo contraditório que é determinado, em última instância, pela crise econômica.

Apesar de não discordar da necessidade do ajuste fiscal, a burguesia industrial do Sudeste tem discordado das propostas do governo de aumentar os impostos, como por exemplo o CPMF. Esse setor alega que a sobrecarga fiscal já é grande e que mais impostos dificultarão a saída da recessão. Na realidade, há uma disputa entre as frações do capital em torno das medidas a serem tomadas pelo governo. Sabemos, perfeitamente, que o fundamento econômico do capitalismo obriga a burguesia e seu Estado a descarregar grande parte da crise sobre os ombros dos explorados.

Com o recrudescimento da crise de superprodução, o imperialismo necessita de medidas que ampliem a opressão nacional. Para isso, é preciso um governo férreo, que consiga centralizar as diversas frações da burguesia e aplicar com eficiência as violentas medidas contra as massas. O governo do PT já não se mostra capaz para essa tarefa. Não tem conseguido avançar na sua política econômica de ajuste fiscal. Seu governo tem enfrentado uma forte “crise de governabilidade”. A disputa interburguesa se intensificou. Sua base de apoio sindical e popular e setores do PT apresentam divergências quanto às medidas e a intensidade do ajuste fiscal, apesar de não discordar em sua essência. A crítica da burocracia sindical e de dirigentes do MST, de fato, não é suficiente para influenciar sobre as medidas e o ritmo da política econômica do governo. No entanto, Dilma não teve como atender pronta e plenamente todas as exigências do capital financeiro. Suas medidas foram consideradas insuficientes para con-

ter a crise fiscal, segundo os setores capitalistas mais agressivos ao governo. Sua dependência às oligarquias regionais, principalmente às frações da burguesia nacional que dependem do fomento estatal e das verbas públicas, também é um fator que dificulta o governo petista de aplicar o choque econômico e financeiro exigido pela crise capitalista.

Diante da necessidade da centralização burocrático-autoritária das diversas frações da burguesia no Estado, o imperialismo chegou a se posicionar pelo impeachment. Avolumaram-se as críticas à política econômica “vacilante” do governo do PT, que prometeu o “ajuste fiscal”. O rebaixamento da nota do Brasil pelas agências do imperialismo, as ações especulativas na Bolsa de Valores e no câmbio, a campanha em torno da avaliação de que o investidor perdeu a confiança no país e, finalmente, a recomendação de que a renúncia de Dilma seria um acontecimento necessário para retomar a estabilidade política indicam que o capital internacional também está por trás do movimento pela derrubada do governo.

O desenvolvimento da crise política é uma demonstração da inviabilidade da plena democracia burguesa em um país semicolonial. A impossibilidade do desenvolvimento harmônico do capitalismo na semicolônia impede que surja uma classe burguesa nacional que dê base material para a sustentação de uma democracia burguesa clássica. Com o capitalismo vindo de fora, essa burguesia nacional já nasce dependente do capital financeiro. A democracia burguesa formal sempre aparece de forma instável e limitada. Vez por outra surgem novas divisões interburguesas, nas quais se impõem os interesses gerais do imperialismo, aos quais as diversas frações da burguesia precisam se subordinar por meio da centralização burocrático-autoritária do Estado.

A divisão interburguesa e as crises governamentais são favoráveis à luta dos explorados por suas reivindicações. Ao contrário, a burguesia unida e centralizada pelo governo se impõe em melhores condições. Só isso já seria uma razão para que o proletariado e a maioria oprimida se colocassem contra o impeachment. Mas, no fundamental, o impeachment é um golpe institucional de Estado. Não é a população que elegeu Dilma que irá derrubá-la, mas sim o Congresso Nacional, alheio à maioria da população e subserviente à minoria burguesa. Ao mesmo tempo, a fração burguesa golpista falseia diante dos explorados que se está varrendo a corrupção, quando, na verdade, a corrupção é inerente ao Estado burguês.

Diante disso, é necessário que o proletariado e demais explorados se coloquem contra o impeachment, com “Abaixo o golpe contra Dilma”, e com a consigna democrática de que “só as massas podem derrubar um governo que elegeram”. O que está em questão é se um governo eleito pode ser destituído pela minoritária classe burguesa, ou pela maioria da população, que é constituída pelas classes oprimidas. O que está em questão é se tem vigência o impeachment, ou o princípio democrático da revogabilidade do mandato. Evidentemente, o impeachment faz parte do ordenamento constitucional e jurídico. Os explorados para rechaçarem esse instrumento autoritário estão obrigados a defender o princípio da revogabilidade do mandato. A corrupção não será combatida por meio das instituições burguesas, mas sim pelos tribunais populares. Os princípios democráticos como sufrágio universal, elegibilidade e revogabilidade de mandato e cargo a qualquer momento, fim do dinheiro de representação e dos privilégios, não podem ser garantidos de conjunto na apodrecida democracia burguesa.

A luta pelas reivindicações democráticas e pela derrota do golpe exige que a classe operária se levante em um movimento independente e que lute sob bandeiras e estratégias revolucionárias próprias. Trata-se de superar a democracia burguesa, substituindo-a pela democracia proletária. A revolução social cumprirá essa tarefa.

Brutal erro do PSTU

O jornal Opinião Socialista, nº 514, estampa “Fora todos eles! Eleições Gerais Já!” “Por um governo socialista dos trabalhadores, apoiado em conselhos populares”. Nota-se na seção “Polêmica”, página 4, que o PSTU se viu obrigado a explicar sua errônea bandeira de “Fora Todos”. É mais um artigo defensivo do que uma necessidade analítica. Ocorre que somente a direita capitaneada pelo PSDB/DEM, seus aliados, ministros do Supremo Tribunal Federal e a imprensa defendem que o impeachment não é golpe. Para ser precisos, a corrente do PSol, Luta Socialista (LS), também diz que a denúncia de golpe “é uma falácia”. À semelhança do PSTU, estampa em seu jornal Luta Socialista: “Prisão para corruptos e corruptores!” “Fora todos os partidos do ajuste e da corrupção!” A LS é uma das correntes do PSOL socialdemocrata. A bandeira de “Fora todos” passaria despercebida se não fosse o PSTU a ostentá-la. Está aí por que nos limitaremos a analisar os fundamentos que lhe servem de alicerce.

O redator de “Opinião Socialista” refuta a denúncia dos governistas de que Dilma está ameaçada de golpe. Pergunta: “Mas existe uma ameaça de golpe”? A indagação, evidentemente, já tem a negação embutida. A explicação de que não há golpe expõe o brutal erro da bandeira do “Fora todos” e “Eleições gerais”.

Diz o articulista de “A crise do governo Dilma e a farsa do golpe”: “Em política, um golpe se dá quando uma disputa entre dois setores das classes dominantes termina em enfrentamento violento, ou seja, armado.” Por esse critério, se fosse o único, não haveria golpe nem ameaça. O Brasil não está diante de um golpe militar. O PSTU, no entanto, substitui a análise concreta da crise política e do movimento das forças burguesas, voltadas a destituir o governo petista, pelo inexistente. Se não há uma rebelião das Forças Armadas contra o governo, então o conflito em torno da destituição de Dilma não passa de uma simples “luta entre dois campos burgueses que se utilizam das manobras sujas e antidemocráticas típicas da democracia burguesa”. (...) Hoje, são os partidos da oposição que estão na ofensiva com as campanhas reacionárias da imprensa e com medidas judiciais arbitrárias, como a condução coercitiva de Lula e a divulgação das escutas telefônicas entre o ex-presidente e Dilma. Isso não significa, porém, que um golpe esteja sendo preparado”.

A primeira parte do raciocínio – a de que se trata tão somente de luta entre dois campos burgueses – permanece na generalidade. Um pouco mais à frente, o redator explica que a crise se deve ao fato de que “o governo e o PT perderam grande parte de sua base social”. E de que assim não mais servem à burguesia para “controlar os trabalhadores e as massas exploradas e convencê-las a suportar suas políticas reacionárias em troca de poucos benefícios sociais”. É correta a caracterização de que a disputa entre governistas e oposicionistas é interburguesa e de que o PT e seu governo em grande medida já não servem para enfrentar a profunda crise econômica e o agravamento da luta de classes que se vislumbra no horizonte. No entanto, tais constatações mais do que evidentes, por si mesmas, não permitem afirmar que não há um golpe em andamento. A explicação econômica serve para mostrar que condiciona a crise política, mas não para fundamentar se há golpe ou não. Distintamente, é a constatação de que há uma disputa “entre dois campos burgueses”. Nesta cisão política, pode-se verificar que caminho tomam as forças burguesas em conflito.

Inicialmente, o PSDB e aliados procuraram anular as eleições. Não conseguiram. Os dois campos em choque poderiam cessar a disputa pelo poder aí. Ou melhor, a oposição poderia admitir sua derrota e se preparar para derrubar o PT em 2018, como prescreve o calendário eleitoral. Não foi o que aconteceu. O avanço da crise econômica, a resistência parlamentar da oposição às medidas de Dilma Rousseff e a fraqueza do

governo petista permitiram que o PSDB e seus consortes procurassem outra via para atingir o objetivo inicial. Duas possibilidades: 1) anular as eleições, cassar o mandato presidencial e convocar novas eleições. O que seria feito pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE); 2) destituir Dilma Rousseff por meio de um processo de impeachment. A segunda via foi aos poucos se viabilizando com as investigações, denúncias e prisões efetuadas pela Operação Lava Jato, centradas especialmente no PT e destinadas a formar uma opinião nacional a favor do impeachment.

A articulação do movimento de classe média pela direita estabeleceu uma base social para o processo que agora está perto do desfecho final. As arbitrariedades praticadas pelo juiz Sérgio Moro, citadas e condenadas pelo Opinião Socialista, não são fatos quaisquer e fortuitos, expressam uma ação coordenada das forças que trabalham pela derrubada do governo. Ocorre que o PSTU não analisa o processo concreto da crise – como as instituições do Estado foram se coordenando em torno do impeachment, a imprensa orquestrando a maciça campanha e as organizações patronais se perfilando pelo impeachment.

É sintomática a cegueira dos revisionistas do trotskismo (o morenismo é uma vertente do revisionismo centrista). Depois de afirmar peremptoriamente que não há golpe, assim se posiciona: “O PSTU é contra o impeachment porque esta não passa de uma decisão de um Congresso de corruptos que trocará seis por meia dúzia, já que Temer é igual ou pior que Dilma”. E conclui: “Isso não significa entrar na campanha contra um suposto golpe que é, na verdade, uma campanha pelo ‘fica Dilma’.”

A superficialidade, a inconsistência e a inconsequência dessa formulação saltam à vista. Os morenistas estão dizendo que se o Congresso não fosse corrupto a situação era outra. Possivelmente, outras também seriam as forças políticas, que não as do PT, PMDB, PSDB, DEM, etc. O problema não estaria no impeachment, mas sim no caráter corrupto do Congresso Nacional. O PSTU acaba de admitir que o impeachment pode ser uma via de solução para as disputas entre dois campos da burguesia, desde que o Congresso não seja corrupto. Trata-se de uma posição que nega o elementar da luta democrática contra o autoritarismo burguês. Nega que somente as massas podem pôr abaixo o governo de Dilma Rousseff.

Ao contrário do PSTU, afirmamos que o impeachment é um instrumento do Estado que substitui e se opõe ao princípio democrático da revogabilidade do mandato por aqueles que elegeram. Esse fato independe de o Congresso Nacional ser mais ou menos corrupto. Seria tão condenável o impeachment aprovado por um Congresso corrupto quanto por um menos corrupto (não corrupto nunca existiu e nunca existirá). Isso por que é um instrumento que serve ao golpe institucional. Ao invés das massas que elegeram o presidente destituí-lo, quem o faz são as forças da burguesia que já não aceitam o governo eleito. Nota-se que a burguesia nunca pôde ir às últimas consequências com a forma democrática de regime. Na época imperialista de decomposição do capitalismo, deforma e desfigura as democracias quase que completamente. Nos países semicoloniais, como o Brasil, se instituiu na forma oligárquica e de caricatura. A burguesia brasileira copiou da Inglaterra o impeachment quando ainda era império e posteriormente dos Estados Unidos, como se fosse um instrumento de uma evoluída democracia. Justamente por servir de meio de solução para a crise de governo, molda o impeachment à democracia oligárquica e caricata.

O impeachment de Dilma, confirmado ou não, passará para a história política do Brasil não como uma solução democrática, mas como um golpe de Estado, segundo as regras do próprio Estado Democrático de Direito. A constatação de que esse Congresso Nacional é um dos mais rasteiros, imbecilizados, venais e podres que a República já

conheceu não altera o caráter reacionário do impeachment, apenas o confirma com maior clareza. Ou se o condena como instrumento de golpe, ou se o avaliza como democrático. A tentativa de desqualificá-lo com a denúncia de que o Congresso é corrupto não passa de uma manobra do pensamento. Com esse contorcionismo, o PSTU quer que aceitemos que de noite todos os gatos são pardos. Ou seja, basta estar contra o golpe e o impeachment para se colocar no campo do governismo. Somente o seu gato não seria pardo, uma vez que a bandeira de “fora todos” e “eleições gerais” seria a exceção. Em outras palavras, não estaria com nenhum dos dois blocos da disputa, seria a “alternativa dos trabalhadores”, ou uma terceira via.

O PSTU criou para si próprio uma armadilha ao rechaçar a existência do golpe. Mostra-se incapaz de compreender e analisar corretamente as posições que se digladiam no campo da luta interburguesa. O governo e o PT reconhecem o impeachment como constitucional e legítimo instituto do Estado de Direito. Contestam, porém, sua aplicação sem o devido crime de responsabilidade. Segundo a defesa do advogado Geral da União, José Eduardo Cardozo, a presidente não atentou contra a Constituição. Está aí por que a consecução do impeachment seria golpe. O que Cardozo disse precisamente? Que o impeachment somente se aplica em caso extremo em que o presidente atinge os fundamentos constitucionais da sociedade burguesa. Tais fundamentos são a propriedade privada dos meios de produção, a exploração do trabalho e o Estado como fonte da ditadura de classe da burguesia. O governo, portanto, não atentou contra o capitalismo e a dominação burguesa, não os colocou em risco. Essa é a razão pela qual o impeachment é golpe. Além disso, a oposição não demonstrou o crime de responsabilidade fiscal. O que configuraria um indiscutível golpe. Os oposicionistas e aliados institucionais rebatem o argumento do governo com a mesma Constituição. O impeachment se justificaria porque a administração de Dilma, com suas manobras fiscais e financeiras, provocou a instabilidade do País. Responsabiliza o governo petista pela crise econômico-financeira e por toda sorte de corrupção. Nisso consiste a disputa interburguesa pela derrubada ou preservação do governo.

As justificativas da oposição não têm como esconder que o verdadeiro e fundamental motivo da quebra do mandato de Dilma Rousseff está em que a burguesia necessita de um governo que realinhe as forças capitalistas e imponha uma rígida centralização do Estado. Os partidos históricos da burguesia devem assumir a condução do Estado diante da convulsiva situação que se aproxima. Trata-se da remoção preventiva de um governo espafifado. Não espera as eleições de 2018, para que o PT e seus aliados não contem com o poder do Estado para sustentar-se como força eleitoral. O impeachment foi posto em marcha como instrumento de uma operação cirúrgica.

O PT, seu governo e seu braço sindical/camponês/popular estão profundamente integrados à política burguesa e, portanto, ao Estado. Não têm como reagir ao golpe a não ser por meio das próprias instituições da burguesia. Estão subordinados à decisão do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Mobilizam suas bases não para desconhecer o impeachment e para se confrontar no campo da luta de classes com as forças burguesas e pequeno-burguesas golpistas. Dirigem suas forças a convencer os deputados a não dar seu voto aos golpistas. Essa é a via da capitulação.

Como se pode ver, não temos um movimento independente de combate ao golpe. O PSTU e Conlutas não ajudam a superar esse obstáculo. A defesa do “fora todos” e “eleições gerais” não apenas não responde ao golpe e ao impeachment como contribui para a confusão política. Observe que setores da burguesia já acenam com a convocação de eleições gerais antecipadas (Renan Calheiros, Valdir Raupp). A bandeira da Rede “Nem Dilma, nem Temer, eleições gerais” acrescenta mais fumaça ao processo golpista. A crise política desvia a atenção do que se passa no seio da classe operária e dos demais trabalhadores, que vêm sendo duramente golpeados com as demissões em massa, o desemprego, a precarização trabalhista e o rebaixamento dos salários.

As condições vitais da maioria oprimida, sem dúvida, é o ponto de partida de um movimento independente. Por essa via, os explorados lutariam contra o golpe sob a bandeira de revogabilidade do mandato e de que somente quem elegeu pode destituir o governo. A defesa das reivindicações da classe operária, dos camponeses e da juventude assim condicionaria a luta democrática contra impeachment. Criar-se-iam as condições políticas e sociais para propagandear entre as massas a estratégia e os métodos da luta por um governo operário e camponês.

A defesa das eleições gerais diante da crise de regime político e do golpismo é estrategicamente democrático-burguesa. No entanto, comparece como uma solução no campo do golpismo. É parte da solução que a burguesia procura para se desfazer de um governo inepto. Está aí por que deve ser rejeitada pela vanguarda e pelos explorados.

A falácia do “Fora

A brutal crise política no seio do governo Dilma/PT e a ameaça do impeachment - movidos pela oposição burguesa do PSDB, Globo, MPF, Fiesp e mais recentemente o PMDB -, serviram para testar as posições das correntes que se reclamam do socialismo e da classe operária. Em meio à crise econômica e política, tem chamado atenção a bandeira defendida pelo PSTU de “Fora Todos, Eleições gerais já”, sob a qual foram convocadas, no 1º de abril, várias manifestações no País. No artigo “A queda de Dilma seria um golpe?”, publicado em 23 de março no seu site, os morenistas dizem: “O PSTU, ao chamar ‘Fora Todos’, baseia-se na necessidade da classe operária de derrubar esse governo burguês de colaboração de classes, bem como as demais alternativas burguesas, como Aécio, Temer e Cunha e este Congresso. Baseia-se também na consciência da classe trabalhadora e da maioria da população que, depois de muitos anos, alcança enfim essa necessidade, e isso, ressalte-se, contra a política de quase todas as organizações de esquerda.”

O PSTU, portanto, levanta uma bandeira voltada a derrubar o governo burguês de Dilma. Ocorre, porém, que levantar a bandeira de derrubada de um governo burguês quando a classe operária e seu partido ainda não têm condições de assumi-lo é uma aventura. No caso da defesa das eleições, seria transferir o poder de uma fração da burguesia para outra e colocar o proletariado a serviço dessa disputa. É isso que ocorrerá caso Dilma caia. Trata-se de uma posição tática sectária e serve a uma posição oportunista. Para justificá-la, o PSTU recorre ao expediente de fantasiar, criando uma realidade que não existe. Assim, dizem basear-se “na consciência da classe trabalhadora e da maioria da população que, depois de muitos anos, alcança enfim essa necessidade [da derrubada do governo]”. Que “a classe operária, os trabalhadores e a periferia romperam majoritariamente com ele [o governo] e querem que ele se vá. (...) Se o povo hoje fosse consultado, o resultado seria botar todos eles pra fora, incluindo a maioria desse Congresso corrupto.” Conclui que “na verdade, quem está pelo ‘Fora Dilma’ é parte amplamente majoritária da classe operária, da classe trabalhadora, e a esmagadora maioria da população. Embora tenham saído às ruas, contra ou a favor do governo, majoritariamente os setores médios...não se engane: a classe operária rompeu com o governo e com o PT, e está furiosa e disposta a se mobilizar.” Para tentar comprovar na prática esse diagnóstico social absurdo, citam as mobilizações ocorridas na GM e Embraer, convocadas pela Conlutas.

A caracterização dos fatos pelo PSTU não se sustenta. Se a classe operária rompeu com o governo e com o PT, não apenas isso, se ela “está furiosa e disposta a se mobilizar”, por que então não compareceu aos atos convocados pela direita burguesa? No dia 13 de março, o ato convocado pelo MBL, Vem pra Rua etc., em São Paulo, reuniu cerca 1,4 milhão, segundo a PM, e 500 mil, segundo o Datafolha. A classe operária esteve ausente, não foi arrastada pela burguesia. O PSTU responde que “a classe, hoje, está contra todos eles [os dois blocos burgueses: o do governo e o do PSDB-PMDB]”. As manifestações da Conlutas não serviram, no entanto, de canal de expressão da classe operária. Com certeza, a bandeira de “Fora todos, eleições gerais” não corresponde às necessidades reais e as aspirações das

Todos, Eleições Gerais já”

massas. Observamos que por trás do movimento pró-impeachment arrasta-se uma camada da classe média, com limitada participação dos setores mais oprimidos. Por trás da defesa do governo, arrasta-se uma parcela da classe média empobrecida, uma pequena camada operária e camponesa e populares. A grande maioria dos explorados, incluindo a classe operária, permanece à margem da divisão interburguesa. Em sua passividade, serve mais ao golpe do que a defesa do governo. As forças burguesas sabem disso e, assim, se utilizam fartamente da imprensa para manter a maioria na passividade. Apresentam as pesquisas que indicam o desencanto com o governo, o seu isolamento e o seu consentimento ao impeachment. Essa é a real situação das classes diante do movimento golpista.

Mas o PSTU vai além. Separa o impeachment do golpe. Não consegue ver que a destituição do governo pelo impeachment é uma medida antidemocrática, uma vez que se contrapõe ao princípio democrático da revogabilidade do mandato da presidente Dilma por aqueles que elegeram. Não reconhece sequer que a acusação de crime de responsabilidade não passa de uma cortina de fumaça para ocultar o golpe. Critica corretamente a burocracia sindical governista que iguala o impeachment de Dilma ao golpe militar de 1964. Mas defende que o que se passa hoje no quadro das relações interburguesas é apenas uma simples disputa pelo governo. No Opinião Socialista nº 512 (março) diz, para surpresa geral, que “O que estamos vendo em Brasília é o PT cada vez mais próximo do PSDB. A ordem é: apesar das nossas disputas e diferenças, temos aqui um grande acordo que é impor o ajuste fiscal”. (p. 08). A cegueira do PSTU foi tamanha que não conseguiu ver que o acordo em torno do ajuste fiscal, que o governo Dilma buscou e ainda busca desesperadamente, não foi suficiente para aplacar as disputas entre governo e oposição. Isso porque a crise econômica e o descontentamento das classes médias alcançaram vastas proporções. Ele não apenas se viu obrigado a falsear na questão da disposição de luta da classe operária, mas igualmente em criar uma harmonia entre governo e oposição, para justificar o “Fora Todos”, quando justamente se engalfinham numa batalha de vida ou morte pelo controle da Presidência da República.

Por último, é preciso abordar o problema das “eleições gerais” que o centrismo tem propagandeado como solução para a crise política. Não se trata de um problema

de princípio, mas tático. Levantar a bandeira de “Eleições Gerais já” quando, por sua força e poder de articulação, apenas a oposição burguesa (antes de mais nada o PSDB de Aécio Neves) pode vencê-la é ajudar o inimigo a chegar ao poder mais rapidamente. Basta lembrar que Aécio e Marina Silva (REDE) preferiam, inicialmente, uma saída via TSE, ou seja, anulação da chapa Dilma/Temer por uso de recursos desviados da Petrobrás da campanha de 2014 e não a via do impeachment. E por que? Porque o impeachment poria a cadeira presidencial ao alcance do PMDB, ao passo que a impugnação da chapa por inteiro implicaria na posse do segundo colocado ou, na pior das hipóteses, em novas eleições das quais seriam os favoritos, na situação de completa desmoralização a que o PT está submetido. Mas, para o PSTU delirar uma vez é pouco. E ele nos brinda com esta pérola de avaliação sobre o resultado eleitoral em caso de se convocar novas eleições: “Se o povo hoje fosse consultado o resultado seria botar todos eles pra fora, incluindo a maioria desse Congresso corrupto”. Não há mesmo limites para os malabarismos teóricos e as falsas análises. Elas são necessárias para sustentar uma linha política incorreta.

Temos dito, desde há muito, que o que caracteriza o centrismo (o PSTU é um partido centrista) não é apenas a oscilação entre o marxismo e o reformismo, mas igualmente seus ziguezagues políticos. Por lhe faltar um programa marxista, que expresse as leis de transformação históricas em nosso país, tem de adaptar-se às pressões da realidade, ao invés de compreender seus fenômenos. Assim, ora adotam posições mais à esquerda, ora mais à direita. No passado, foram seguidores do PT e chamaram voto em Lula no segundo turno das eleições de 2002. Hoje, se posicionam no extremo oposto levantando a consigna de “Fora Todos”, que ajuda objetivamente o bloco oposicionista dirigido por PSDB-PMDB a remover o PT.

O POR, ao contrário da política do morrenismo, convoca os sindicatos, entidades estudantis, camponesas e operárias a formar uma Frente Única Sindical para pôr abaixo o Golpe sem sustentar politicamente, por um segundo sequer, o governo burguês de Dilma. E ao mesmo tempo levanta as bandeiras de unificação e defesa da vida das massas: salário vital, emprego a todos, terra aos camponeses pobres, manutenção de todos os direitos, estatização dos bancos, desconhecimento das dívidas interna e externa, governo operário-camponês.

Ato da Conlutas, 1 de abril

São Paulo

O ato foi dirigido inteiramente pelo PSTU. Participaram por volta de 3 mil pessoas. Contou com os operários da GM, Embraer de São José dos Campos (cerca 100 metalúrgicos), que estavam identificados pela camiseta preta do “Fora Todos”. Teve a presença organizada das ocupações por moradia, sob a direção do movimento “Luta Popular”, contando com cerca de 300 pessoas. Os coletivos de mulheres (Movimento Mulheres em Luta) e de negros (Quilombo, Raça e Classe) compareceram com os bumbos e bandeiras. Os estudantes da USP, Unicamp e das federais, vinculados ao PSTU e PSol, em menor número, também se incorporaram ao ato. A manifestação saiu do Masp e se dirigiu até o escritório da Presidência da República (PT), conduzida pela faixa “Fora Todos eles! Eleições Gerais Já!”.

Algumas correntes do PSOL estiveram presentes, porém apenas com sua militância. Foi o caso da LSR (Liberdade Socialismo e Revolução), da Luta Socialista (Unidos pra Lutar) e dos Juntos (corrente estudantil). A Intersindical se limitou a intervenção no carro de som, não esteve com os sindicatos que dirige.

Outros agrupamentos menores, como MRT (Movimento Revolucionário dos Trabalhadores – LER-QI), Espaço Socialista (antigos militantes do PSTU), Liga Operária Internacionalista (LOI) e outros que intervêm no Espaço Unidade e Ação se fizeram presentes.

O POR atuou no ato com as bandeiras: “Abaixo o golpe contra Dilma. Só a mobilização independente da classe operária por suas reivindicações e com seus métodos de luta pode quebrar a espinha dorsal do golpe”, que foram erguidas por meio de cartazes. Distribuiu o panfleto: “Abaixo o golpe contra Dilma. Não ao impeachment armado pelo PSDB, DEM, PPS e demais golpistas”. E interveio, contrapondo-se às bandeiras do PSTU e seus aliados.

Bandeira que unificou a quase totalidade dos manifestantes

A palavra de ordem levantada era a de “Fora Todos!”. Havia pequenas diferenças entre as correntes que se posicionavam pelo “Fora Todos”. Havia aquelas que agregavam a esta bandeira a reivindicação de “luta direta” e as que somente defendiam as eleições gerais. A caracterização de que se tratava de um golpe e que era preciso defender a independência política dos explorados coube ao POR. Mas, o PSTU, com inúmeras intervenções, abafava as intervenções que destoavam.

PSTU “Fora Todos, eleições gerais”

A essência da intervenção do PSTU se resumiu na colocação de que a população se vê diante de três lados: 1) o conduzido pelo PSDB, pelo PMDB e seus aliados, que impulsionam o impeachment; 2) o do governo, PT, CUT e seus movimentos, que dizem que há um golpe contra a democracia; 3) o dos trabalhadores, que não aguentam mais o governo Dilma e as traições do PT e buscam uma alternativa. Essa alternativa só pode ser o de “Fora Todos. Dilma, Temer, Aécio

cio, Cunha...". Com o discurso inflamado dizem: "que se se vão todos (congresso nacional, governadores, prefeitos, polícia federal, etc.)". E a alternativa é a da convocação de eleições gerais. Diziam que eram contra o impeachment, porque significa trocar a Dilma pelo corrupto Temer. Mas que é preciso rejeitar a bandeira de golpe. Reafirmavam que não há golpe. E faziam trocadilhos dizendo que o que há é o golpe sobre os trabalhadores, por meio do ajuste fiscal e das medidas contra os empregos, salários e direitos.

Alguns de seus militantes defenderam a greve geral. Diziam que é preciso ir às ruas, às fábricas ... para "botar para fora Dilma e Temer e a corja do PSDB, PMDB..." e defender os empregos e os direitos por meio da luta, exigindo dos sindicatos a construção de uma greve geral. Outros, concluíram a intervenção com a palavra de ordem: por um "governo socialista dos trabalhadores, formado por conselhos populares".

Correntes do PSOL, alinhadas com o PSTU

A *Luta Socialista*, que está vinculada UIT-QI (Unidade Internacional dos Trabalhadores Quarta Internacional) interveio por meio da bandeira: "Fora todos os partidos do ajuste e da corrupção". Critica os petistas e alguns agrupamentos do PSOL que falam em golpe, dizendo que se trata de uma mentira. Repetiu o trocadilho do PSTU de que o golpe que existe é aquele contra o trabalhador. Levantou a bandeira de "governo dos trabalhadores, sem patrões, sem corruptos e sem burocratas sindicais".

A *LSR*, através do Bloco de Resistência Socialista, dizia que era necessário construir uma alternativa política de esquerda. O agrupamento estudantil *Juntos* aproveitou a intervenção para defender as posições de Luciana Genro, afirmando que o povo tem de ser chamado para decidir, pela via das eleições. A *CST*, que compõe a direção dos metroviários SP, enfatizou a bandeira do PSTU de "Fora Todos".

Movimento Luta Popular

O *Luta Popular* repetiu as colocações do PSTU, dizendo que não se trata de golpe. Isso porque o golpe é o que é aplicado diariamente nas favelas, nos cortiços, nos sem-teto, nos assassinatos de jovens, na miséria salarial... Disse que o governo Dilma está caindo porque o movimento de massa dos trabalhadores rompeu com o PT. Criticou o argumento dos petistas de que a justiça é seletiva, como fosse uma nova descoberta. E concluiu afirmando que se o impeachment significa trocar seis por meia dúzia.

MRT ficou no meio do caminho

O *MRT* distribuiu um manifesto em que criticou as três saídas da burguesia para a crise. 1) a do impeachment como uma saída reacionária para afastar Dilma e colocar Temer, que será mais duro para os trabalhadores; 2) a tentativa encabeçada pela Polícia Federal (Sérgio Moro) de fortalecer as instituições do Estado; 3) a do governo, por meio de Dilma-Lula, que usa um sentimento progressista para legitimar o governo Dilma/Lula. Diz que as três são de direita. Criticou, também, a posição do PSTU de "Fora Todos e eleições gerais". Concluíram com a defesa de uma Assembleia Constituinte.

Em seu panfleto, considera que está em marcha um golpe, critica seu irmão siamês, o PSTU (ambas organizações vêm do morenismo) e conclui com a estratégia de convocação de uma Assembleia Consti-

Ato/debate do 1º de abril na

Diante da crise política e das disputas entre as mobilizações da direita por um lado, e da esquerda governista por outro, a CSP-CONLUTAS convocou uma ato nacional no dia 1 de abril, sob a bandeira "Fora todos! Eleições diretas já!", buscando, por meio desta política inconsequente, expressar uma reação no campo da independência de classe. Na Paraíba, a pouca atuação da CONLUTAS inviabilizou a realização de um ato de rua, sendo substituída a orientação nacional por um debate sobre a conjuntura, em Campina Grande. Participaram o POR, a corrente do PSOL Nova Organização

Socialista (NOS), um simpatizante do MRT, representantes do sindicato dos professores da UFCG e dos trabalhadores do Instituto Federal, além de professores do magistério estadual e municipal, estudantes e outros. Abriu-se para a intervenção das correntes.

O representante da NOS/PSOL denunciou o golpe e colocou a necessidade de combater o impeachment, porém, com base em uma avaliação de que as coisas podem piorar para os trabalhadores ou criticando o PSTU pelo caráter minoritário de seus atos. O simpatizante do MRT combateu o impeachment, sem caracteri-

tuante Livre e Soberana. Explica que "a maioria ainda não concorda" com a tarefa de expropriação da burguesia e rompimento dos "laços de subordinação com o imperialismo e termine com esta sociedade capitalista de exploração e opressão". Sendo assim, o MRT saca da mochila a sua panaceia geral, que é a Assembleia Constituinte livre e Soberana, mais uma saída no campo da burguesia.

Intervenção do POR

O conteúdo central do pronunciamento do POR se resumiu a três aspectos: 1) não há dúvida que o impeachment de Dilma Rousseff é um golpe do PSDB e seus aliados; 2) o golpe consiste em destituir um governo eleito; 3) é preciso lutar contra o golpe sob a bandeira de que somente quem elegeu pode destituir, afirmando o princípio da revogabilidade de mandato. Essa luta deve partir das necessidades reais dos explorados e de suas reivindicações, de forma que a luta democrática contra o golpe assim se dê no campo da luta de classes. O POR considera um equívoco do PSTU e da Conlutas negar o golpe e levantar a bandeira do "Fora Todos, eleições gerais".

Conclusão

A manifestação da CSP-Conlutas/PSTU não teve como cumprir o objetivo de estabelecer uma linha de independência de classe dos explorados diante da crise política e do impeachment. Isso se deve não ao fato de ter sido uma manifestação praticamente de vanguarda, de militantes de esquerda, mas pelo seu conteúdo político. A bandeira predominante do "Fora Todos, eleições gerais" correspondeu à estratégia democrático-burguesa para a crise, nos marcos da possibilidade de derrubada do governo do PT pelo impeachment. O erro do PSTU em negar que a destituição do governo pelo Congresso Nacional é um golpe conduziu a Conlutas a um beco sem saída. A procura de uma solução democrático-burguesa, materializada na bandeira de convocação de eleições gerais, para a crise de governo e como substituição ao impeachment, impossibilitou a Conlutas de se erguer como uma força independente e consequente na luta pela estratégia proletária.

A bandeira de "eleições gerais" é uma possibilidade da própria burguesia. Não por acaso, já foi aventada. O radicalismo do "Fora Todos" não passa de uma fraseologia esquerdista, acompanhada da propaganda de uma greve geral sem que estejam dadas as condições. O chamado aos explorados e à juventude para que exijam da burguesia, de seu Estado e de seus partidos a convocação de uma eleição em todas as instâncias é uma impostura. De forma que a Conlutas perdeu um grande momento para se projetar como uma referência de luta dos explorados contra o golpe desde o campo de classe do proletariado.

Paraíba

zã-lo como golpe, e o ajuste fiscal e exigir da CUT e organizações estudantis e populares que rompam com o governo.

O POR denunciou o golpe que se desenvolve contra o governo Dilma/PT, apontando o caráter antidemocrático do impeachment e seu vínculo com a democracia oligárquica. Defendeu que só os explorados, organizados através dos Tribunais Populares, é que poderão julgar os crimes do PT e de toda a burguesia. O caminho para impulsionar a ofensiva do proletariado nessa conjuntura de duros ataques sobre as condições de vida da maioria oprimida

é organizar a frente única sindical em torno da defesa dos empregos, dos salários, dos direitos previdenciários e trabalhistas. A militância do partido defendeu que façamos a campanha de denúncia do golpe e pelas reivindicações nas portas das fábricas, locais de trabalho e estudo.

O PSTU, não compareceu, mas sua política equivocada se expressou na fala do representante da ADUFCG e de um professor da base do sindicato, uma vez que esta política foi encampada pela Conlutas e pelo ANDES. É preciso dizer que “eleições gerais” é um mecanismo da burguesia no

campo político e que nem de longe contribui para uma ofensiva do proletariado independente da política burguesa.

É preciso reconhecer que não cabe aos explorados tomar partido nas disputas interburguesas, posicionando do lado da direita ou da esquerda na defesa da democracia burguesa. Tampouco se deve reivindicar da independência para defender a estratégica democrático-burguesa de solução da crise.

Nas condições de crise do regime político, trata-se de desenvolver as reivindicações dos explorados e a sua estratégia de poder – o governo operário e camponês.

Retratação

Diante do agravamento do movimento golpista para derubar a presidente Dilma, docentes da Universidade Estadual de Londrina fizeram uma declaração na forma de um abaixo assinado se colocando contra o golpe.

Com a intenção de estimular a manifestação dos docentes, membro do partido assinou a declaração, que, no entanto, tinha um conteúdo democratizante oposto à linha defendida pelo partido. Em vista dessa contradição, este divulgou nota de retratação em que explica a divergência com relação à defesa do estado democrático que a nota dos docentes sustenta, e explicita as razões pelas quais se coloca contra o golpe, ou seja, pela violação do princípio democrático que somente quem elegeu o presidente pode destituí-lo.

A retratação divulgada afirma que:

Lula e Dilma governaram com o estado democrático de direito, quer dizer, para o grande capital nacional e internacional contra os interesses populares e nacionais. Opõem-se ao golpe com o único intuito deles prosseguirem comandando a gestão dos negócios da burguesia.

Limitar-se à defesa das instituições estabelecidas, consciente ou inconscientemente, permitirá que o golpe se concretize com impeachment ou sem ele, pois já é evidente a disposição dos governistas negociarem com a oposição uma saída após a votação do impeachment que lhes permita – conjuntamente – realizar o ajuste que significa maiores ataques às massas trabalhadoras e restrição dos direitos políticos.

Por esse motivo, do mesmo modo que publicamente assinei a manifestação dos docentes da UEL, faço aqui publicamente a minha retratação quanto à defesa do estado democrático. Defendo sim o princípio democrático da revogabilidade do mandato, contra o golpe, não ao impeachment!

Brutal violência policial na desocupação da Mabe de Hortolândia

A polícia aproveitou o domingo para desocupar a Mabe. Os policiais invadiram a fábrica pelos fundos, usando helicópteros para que policiais descessem de rapel. Os operários disseram que não houve tempo para esboçar uma reação. Foram cercados e expulsos, sem condições de recolher seus objetos pessoais. A direção do sindicato e os advogados foram impedidos de entrar na fábrica e não escaparam do gás de pimenta. Hoje a fábrica está ocupada por seguranças contratados e os operários se encontram acampados em frente à portaria.

Tudo foi meticulosamente preparado pelos patrões, justiça e polícia. Aproveitaram o domingo para impedir qualquer liminar por parte do sindicato em favor do adiamento da reintegração. Procuraram envolver o sindicato com reuniões, nas quais supostamente negociavam uma saída para o impasse da empresa. O Juiz de Hortolândia chegou a se comprometer com os dirigentes sindicais a esticar o prazo para a desocupação e a não usar o aparato repressivo no ato da reintegração. Uma ação deliberada para desarticular o sindicato e os operários.

Sem uma autodefesa, devidamente organizada pelos operários dentro e fora da fábrica, o que restou foi a decisão do sindicato de recorrer à Justiça. A denúncia da violência policial e patronal é fundamental, porque vem à tona o poder dos capitalistas na defesa da propriedade privada, seja ela falida ou não.

O que ocorreu com a Mabe de Hortolândia deve servir de lição para a ocupação da fábrica de Campinas. As duas fábricas da Mabe foram ocupadas em 15 de fevereiro, depois de quase dois meses de acampamento nos portões das empresas. Após a decretação da falência e do não pagamento dos direitos trabalhistas, os dois mil operários ocuparam as fábricas. A Justiça e a polícia agiram primeiro em Hortolândia e

aguardam o momento para a desocupação na fábrica de Campinas.

A defesa dos empregos e do pagamento dos direitos trabalhistas depende da força do movimento. A ocupação passiva no interior das fábricas leva à reintegração. As ocupações ficaram isoladas, apesar da solidariedade em mantimentos para os ocupantes. A quebra do isolamento depende da constituição da autodefesa dentro e fora das ocupações. A política de criar ilusões nas negociações com a justiça desarma a luta dos operários. Não há outra via senão a de ocupar e colocar as fábricas em funcionamento por meio do controle operário. Pesaram e pesam na luta dos operários a desorganização e o profundo retrocesso político da classe operária, em geral. Uma ocupação de fábrica não é vista por outros operários como parte também de sua luta contra a exploração do trabalho e o poder dos capitalistas, que detêm os meios de produção. Isso porque os sindicatos estão integrados à política burguesa, por meio das direções burocráticas. E porque o proletariado ainda não constituiu o seu partido revolucionário.

A ocupação da Mabe surgiu como uma necessidade imediata e não de uma resposta política dada por uma direção e uma vanguarda operária consciente. A situação política marcada pelo impeachment tem obscurecido os reais problemas vividos pelos explorados. As demissões em massa, o aumento do desemprego e a redução salarial são motivos mais do que suficientes para os sindicatos e centrais constituírem um movimento nacional. No entanto, a burocracia está voltada ou para defender o governo, ou para destituí-lo. A ocupação da Mabe e a violenta reintegração de posse se deu nessa situação.

É necessário romper essa camisa de força colocando a luta dos operários da Mabe para todos os explorados e como parte de um movimento pelas reivindicações que unificam a maioria oprimida.

Fechamento da Arno em São Paulo, centenas de demissões

A Arno anunciou que a fábrica da Mooca será fechada, com a transferência da empresa para o Rio de Janeiro. Com a mudança, os operários serão demitidos. O sindicato, dirigido pela burocracia direitista da Força Sindical, esteve na porta da empresa, prometendo procurar o governador Alckmin e o prefeito Haddad para encontrar uma alternativa. Trata-se da ladainha de sempre.

Os capitalistas transferem a produção para preservarem os lucros, eliminam os postos de trabalho e os burocratas fingem que estão correndo atrás da manutenção do emprego e dos direitos. Deixam os operários, assim, à mercê dos patrões e dos governantes. O sindicato foi a Arno para discursar contra a crise e apresentar duas propostas patronais, defendidas pela Fiesp: o Programa de Renovação da Frota de Veículos e o documento Compromisso pelo Desenvolvimento.

Ao invés de preparar a resistência ao fechamento da fábrica, com greves e ocupações, a burocracia comparece com propostas capitalistas que não garantem os empregos. Está claro que para enfrentar o fechamento de fábrica e as demissões é preciso convocar assembleia geral e aprovar uma luta unificada de todos os operários. Quem deixa os trabalhadores de uma fábrica à mercê de sua própria sorte são traidores. É com as traições que a burocracia quebra os instintos de revolta coletiva do proletariado.

PMs e jagunços emboscam e matam trabalhadores Sem Terra no Paraná

Na tarde de quinta-feira, dia 7 de abril, elementos da Polícia Militar do Paraná e jagunços da empresa Araupel atacaram o acampamento Dom Tomás Balduino, na região de Quedas do Iguaçu, Centro do estado do Paraná. O resultado parcial foi a morte de Vilmar Bordim, de 44 anos, casado, pai de três filhos e Leomar Bhorbak, de 25 anos, e mais seis feridos.

O acampamento, iniciado em 2015 se localiza numa área da empresa Araupel, tem 2500 famílias, cerca de sete mil pessoas. A Justiça Federal declarou, em função da grilagem, que as terras são públicas e pertencem à União, por isso, devem ser destinadas para a reforma agrária.

A operação repressiva da PM contra os Sem Terra aconteceu após o Deputado Rossoni assumir a Chefia da Casa Civil do Governo do Paraná e, após este visitar o Município de Quedas do Iguaçu, no dia 01 de abril de 2016. Rossoni é candidato a senador e tem a sua campanha financiada dentre outros pela Araupel.

Segundo um dirigente do MST "... essas mortes preocupam muito, pois estão em consonância com outras ações contra o movimento. Estamos no mês do massacre de Eldorado dos Carajás (a morte, pela Polícia Militar, de 19 sem-terra na cidade do Pará, em 1996) e estão ocorrendo outras ações semelhantes, como o ataque a um acampamento nosso por pistoleiros em Rondônia e o assassinato, esta manhã, de um sem-terra na Paraíba. "

A escalada da repressão estatal no Paraná, sob o governo Beto Richa (PSDB) vem se aprofundando desde o ano passado, quando no dia 29 de abril massacraram centenas de professores

Malandragem dos patrões da Hunter Douglas Resposta dos operários: greve

Os operários estão em greve desde 16 de fevereiro. A greve, que atinge 40 dias, ganhou nessa semana maior adesão. Trata-se de um movimento contra a manobra patronal de retirar os operários da condição de metalúrgicos e, conseqüentemente, da Convenção Coletiva. Pretende-se vinculá-los ao setor de construção, portanto, ao Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias da Construção, Montagem e Mobiliário de Campinas e Região. Com isso, se livra de conquistas trabalhistas. A Hunter vinha sangrando os trabalhadores, com horas-extras e jornada de trabalho que incluía feriados e fins de semana.

Diante da greve, a fábrica chamou a polícia para forçar a entrada de operários. O que causou prisões e repressão. A resistência e os movimentos de rua são fundamentais para quebrar a manobra e a enorme exploração do trabalho.

diante da assembleia legislativa onde estes se manifestavam contra o esbulho da previdência dos servidores públicos; prossegue com o assassinato sistemático da população pobre, jovem e negra nas periferias de todas as cidades do estado, como a chacina do dia 29 de janeiro de 2016 em Londrina, quando a polícia matou 15 jovens numa noite.

Estes assassinatos fazem parte da escalada repressiva que, no Paraná, é estimulada pelo clima de incensamento da figura do juiz Sérgio Moro, que comanda – desde Curitiba – as investigações contra o governo federal e o PT.

O MST soltou nota exigindo "justiça" e a "imediata investigação, prisão dos policiais e seguranças, e punição de todos os responsáveis – executores e mandantes – pelo crime cometido contra os trabalhadores rurais Sem Terra".

O equívoco do MST é imaginar que as instituições do estado burguês irão fazer qualquer "justiça" contra os jagunços, a PM ou os empresários em favor dos trabalhadores. Pelo contrário, nenhuma punição nem muito menos apuração será feita pelas "autoridades". Somente um poderoso movimento de retomada das ocupações e ampliação das mobilizações em todo o país pode barrar a escalada repressiva. Por isso o MST deve renunciar ao pacifismo e às ilusões de se conseguir qualquer reforma agrária por métodos democráticos parlamentares.

Denunciamos este assassinato e chamamos à unidade operário-camponesa sob a estratégia do proletariado (ditadura do proletariado) para enfrentar a escalada repressiva que se abate sobre trabalhadores e juventude da cidade e do campo.



A violência reacionária sobre os camponeses segue nos diversos estados do país

Desde o dia 8 de julho do ano de 2013 que 110 famílias acamparam numa área que os militantes dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), deram o nome de acampamento Hugo Chávez, numa área rural da cidade de Ariquemes com 3 horas de distância de Porto Velho. Agora, no dia 2 de abril, estas famílias vêm sofrendo horrores, despejados pelos jagunços dos latifundiários da região sobre eles, iniciando com a violência da invasão ao acampamento, espancando os camponeses com coronhadas de suas armas e os ponta pés e suas botas.

Desde o ano de 2015 que os camponeses registram boletins de ocorrência na delegacia de Ariquemes, relacionados às perseguições sofridas por pessoas que eles não conheciam, mas sabiam que eram ligadas a Fazenda Nova Vida. Até que agora já se sabe de quem se trata, são os jagunços que estão a serviço desta fazenda e que a “justiça” local sabe onde moram..., e nada fazem por tratar-se de milícia armada da burguesia latifundiária que conta com o apoio do braço armado do estado e de seus tribunais burgueses.

A violência reacionária precisa ser respondida com a luta de classes

É cada vez maior o isolamento da luta dos camponeses em relação à luta dos demais explorados. A adaptação do PT aos interesses da burguesia intensificou mais ainda esse isolamento, que coloca a organização no ostracismo referente às lutas históricas realizadas antes da assunção do PT ao executivo da nação. E o que se vê é a intensa repressão sobre os camponeses, sejam do MST, seja da Liga dos Camponeses Pobres ou de movimentos espontâneos independentes de siglas, serem trucidados pela violência no campo.

Enquanto estamos realizando uma resposta política à violência relacionada ao desmonte de um acampamento que foi incendiado pelos jagunços, com grandes perdas materiais para os camponeses do acampamento Hugo Chávez em Ron-

dônia, recebemos a notícia de duas mortes de camponeses no Paraná.

Lá, a polícia aparece para proteger donos do agronegócio da Fazenda Araupel em Quedas do Iguaçu e assassina dois camponeses, fere gravemente mais dois que foram levados para Cascavel e dois com atendimento na mesma cidade em conflito em que donos do agronegócio têm sua milícia amada e contam com o apoio da polícia militar local, que sempre fica do lado do burguês e contra aqueles que verdadeiramente trabalham para sustentar suas famílias com o sangue e suor que derramam a cada dia.

No caso de Rondônia, a violência consiste no mesmo crime de classe referente ao acampamento Hugo Chávez, não houve baixa por morte, mas a violência de concentrar os acampados num Ginásio da cidade como forma de protegerem-se do crime do estado e os pertences que ficaram nos barracos, camas, fogões e outros que virarem cinzas, junto aos barracos que foram erguidos há mais de dois anos atrás. Para os monstros que realizaram a ação de terror, pouco representa o saldo que deixaram – cinzas, apenas cinzas, mas para os camponeses, representava o mínimo de comodidade que adquiriram até então como fruto de inúmeros dias de trabalho.

No caso do Paraná, para os camponeses pobres, o fato representa perdas de lutadores que deixam seus exemplos na batalha contra os algozes dos trabalhadores, destruidores de bens da natureza, dentre eles de vidas humanas e parasitas que se nutrem da exploração do trabalho alheio.

O que resta aos lutadores do campo é a unidade na luta com a realização da aliança operária e camponesa, para sair do isolamento e fundir a luta dos trabalhadores do campo com os lutadores da cidade, que nesta unidade por meio da revolução social poderão conquistar a terra para os camponeses pobres através do estabelecimento do governo operário e camponês.

Sobre o Fórum de Sindicatos do Litoral Norte de São Paulo

No final de 2015, foi criado o *Fórum de Sindicatos, Oposições Sindicais e Movimentos Sociais do Litoral Norte de São Paulo*. A iniciativa foi pensada por alguns dirigentes sindicais e militantes durante a ocupação da E.E. Colônia dos Pescadores (Caraguatatuba), realizada pelos estudantes secundaristas. Analisou-se que ao longo do ano de 2015 a região foi palco de diversos movimentos grevistas (professores do Estado, petroleiros, INSS, portuários, servidores municipais de São Sebastião, etc.), no entanto, não houve a unidade dos movimentos.

Compõe o *Fórum*: o Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (Sindpetro-LP), o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Sindserv-SS), a Corrente Proletária na Educação (CPE) como oposição à direção da APEOESP, trabalhadores do Centro de Detenção Provisória de Caraguatatuba (CDP) e trabalhadores portuários. O POR tem atuado neste espaço com o objetivo de impulsionar na região uma frente única sindical em torno das reivindicações da defesa do emprego, melhores condições de salário e trabalho.

Adquira com o distribuidor deste jornal: 40 anos do golpe militar na Argentina



QUE O MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO EXPULSE OS AGRESSORES DO CRUSP! MASSIFICAR E FORTALECER A OCUPAÇÃO SE COLOCANDO CONTRA A CRISE DA USP. ERGUER A ASSEMBLEIA GERAL UNIVERSITÁRIA PARA APURAR TODOS OS CASOS DE ACOBERTAMENTO DE AGRESSÃO, CORRUPÇÃO E OS CORTES DA BUROCRACIA! DEFENDER DE MODO INTRANSIGENTE O ESPAÇO DO SINTUSP AMEAÇADO DE DESPEJO PELA REITORIA!

Na reunião entre o movimento de ocupação da SAS e Wal-dyr Antônio Jorge (superintendente de assistência social), o burocrata deixou claro que não expulsará os agressores do Crusp, não aceitará a comissão independente do movimento e afirmou que processará o movimento em caso de não desocupação. **Não temos de aguardar mais a ação da burocracia leniente. O movimento de ocupação deve expulsar os agressores do CRUSP.** A impunidade, o fechamento da creche e os irrisórios 12 apartamentos para mães são também uma violência à mulher. A burocracia é agente do Estado burguês e conduzirá a universidade sob as mesmas formas hostis da opressão de classe.

Uma plenária aberta que colocou a organização do movimento geral

Na quarta-feira, 06/04, a ocupação convocou os demais moradores e os estudantes que estavam na fila do restaurante para uma plenária aberta. Ocorreu uma rica discussão e exposição dos graves problemas do Crusp em relação a agressões de mulheres. Foi dado um informe detalhado da reunião com o burocrata Waldir Antônio Jorge. Discutiram-se propostas para fortalecer e organizar o movimento, e expandi-lo ao conjunto dos estudantes da USP, e aos sindicatos de funcionários e professores. Criticou-se a falta de empenho de grupos feministas em apoiar a luta pelas vagas nas creches e outras demandas de mulheres moradoras do Crusp. Denunciou-se a ação da polícia, ativada para intimidar a ocupação. Aprovou-se a convocação de uma assembleia geral dos estudantes da USP extraordinária para discutir as agressões a mulheres e aprovar medidas de luta geral, pois a moradia é conquista do movimento estudantil e os ataques às mulheres também ocorrem no restante da universidade, sem punição. Destacou-se a particularidade das agressões no Crusp, onde os agressores moram e convivem com as vítimas.

A ocupação da SAS/Coseas deve ser uma trincheira de luta

Foi a assembleia geral de moradores do Crusp quem deliberou pela ocupação da SAS/Coseas. Mas a direção majoritária da Associação de Moradores (Amorcrusp), além de votar contra a ocupação, a está boicotando completamente. Este é mais um obstáculo da luta dos estudantes por seus direitos contra ataques da reitoria/governo.

A omissão da burocracia universitária em relação às agressões de mulheres no Crusp é parte dessa ofensiva geral contra a moradia estudantil. De um lado, os burocratas expressam a opressão geral sobre as mulheres, a partir da subordinação da mulher à família e à propriedade privada – opressão de classe; de outro, fazem vista grossa para que o Crusp se torne um

ambiente cada vez mais hostil às mulheres, mães, negros e homossexuais.

A destruição da moradia é um objetivo pretendido pela reitoria/governo. A moradia é historicamente um ponto de efervescência e organização da mobilização estudantil. Sua destruição economiza recursos públicos que são voltados ao privatismo, corrupção, etc. e quebra as pernas da luta estudantil que constantemente se opõe a seus planos.

Novamente, apesar de não existir uma política das direções de resposta unitária aos ataques gerais movidos pela reitoria/governo, o Crusp (ou parte dele) se levanta. A força da mobilização dos estudantes moradores pode ser um ponto de apoio para construirmos um movimento massivo e unitário contra o chamado desmonte da USP. Para que isso se realize, é preciso que o movimento de ocupação projete a luta para o conjunto dos estudantes, e para funcionários e professores. A luta isolada tende a não ter força suficiente para alcançar as reivindicações. Mas se ela se expande e se torna defendida por todos ganha força para poder ir além dessas reivindicações específicas e imediatas. A lição da ocupação de 2007 deve ser retomada. A ocupação desse ano, que nasceu pelas mãos dos moradores, se projetou para a USP inteira e inclusive para o interior do Estado e do País. Ao se fortalecer e se organizar, tornou-se uma trincheira de luta dos estudantes, avançou nas reivindicações e impôs um obstáculo à maior ingerência do governo Serra sobre a universidade. A construção do bloco A1 é consequência direta dessa luta.

Por uma Assembleia Geral Universitária: É preciso um movimento massivo inclusive para combater os agressores

É preciso rejeitar as posições que alimentam a ilusão de que se podem obter conquistas com a burocracia se não se pedir muito, mas somente o mínimo que ela esteja disposta a conceder. É preciso rejeitar as posições isolacionistas da ocupação, que contrariam sua assimilação pelo conjunto do movimento estudantil.

As agressões e demais reivindicações das moradoras (e moradores) tendem a não ser barradas se o movimento não se expandir e ganhar força. É preciso reivindicar do DCE e dos CAs que assumam as reivindicações das moradoras como parte de suas pautas. Que chamem os funcionários e professores não ligados à burocracia a discutirem a partir de cada uma e de todas as unidades as reivindicações que atendam aos interesses da maioria. É a partir delas que se pode construir um movimento de fato unitário, sem submissão de um setor pelo outro. Que se encaminhe a organização de uma assembleia geral universitária (dos três setores), para

discutir e aprovar a pauta, métodos de luta e ação comuns, comandos unificados e negociação conjunta com a reitoria/governo.

Está colocada, desde a posse de Zago e também no ano passado, a unidade grevista dos três setores por uma pauta unificada e concreta de reivindicações.

Resoluções aprovadas na plenária aberta da ocupação da SAS

- 1) Manutenção da ocupação até o atendimento das reivindicações. Chamar os estudantes para fortalecer a ocupação.
- 2) Que o DCE convoque uma assembleia geral extraordinária com pauta “ocupação da SAS contra as agressões no Crusp”, terça (12/04), às 18h, na SAS ocupada.
- 3) Construção de uma comissão autônoma para apurar os casos de agressão composta por professoras, funcionárias e estudantes, na proporção de 2, 3 e 5, respectivamente, e eleitas nos fóruns deliberativos de cada categoria.
- 4) Comissão de mobilização para: a) passagens nos cursos em sala de aula; b) confecção e distribuição de boletins.
- 5) Que a Amorcrusp compre krafts e tintas para forrar a universidade em defesa da ocupação e que o caixa da Amorcrusp garanta todas as condições para a ocupação.
- 6) Indicação para os CAs de que os debates entre as chapas do DCE sejam realizados na ocupação.
- 7) Elaboração de uma programação para a ocupação.
- 8) Convocação de um ato com a pauta das mulheres da USP e do CRUSP no dia 13/04 às 14h30 em frente ao local onde será a reunião da comissão de direitos humanos da USP.

O local ainda não foi definido. O assunto da reunião será sobre a violência contra a mulher.

Espaço do Sintusp ameaçado de despejo

No dia 06/04, o Sintusp recebeu da Codage (Coordenação de Administração Geral da USP), um comunicado de despejo da sede do Sindicato. Trata-se de uma medida autoritária de ataque à livre organização sindical dos funcionários, e ao conjunto do movimento na universidade, pois o Sintusp é uma referência para as lutas de estudantes e professores e até mesmo para os demais movimentos sociais que buscam seu apoio.

A reitoria/governo têm realizado uma ofensiva de ataques aos espaços estudantis há anos, tomando-os não para o chamado “aproveitamento acadêmico”, mas instalar negócios que lhe ofereçam renda. A quebra da autonomia estudantil sobre seus espaços ataca a organização dos estudantes. Agora a reitoria decidiu atacar mais fundo, quebrando com a espinha dorsal do movimento dos funcionários.

Esse ataque certamente parte da avaliação de que não haverá resistência para impedi-lo. Ou pode ser um tiro de advertência para medir forças. De qualquer forma, é preciso respondê-lo com um forte rechaço conjunto de estudantes, funcionários e professores não vinculados à burocracia.

Mais uma vez, coloca-se a partir de um ataque localizado a necessidade de um movimento geral para derrotar Zago/Alckmin. A greve unificada e em nível estadual está colocada. É preciso trabalhar por ela, a partir das bases, elegendo nossa pauta de reivindicações bem concreta, e unindo forças sem submissão de um setor pelo outro, por meio da assembleia geral universitária.

Direção da UNE se utiliza da legislação burguesa para ganhar vantagem no comércio de carteirinhas

De acordo com o Decreto nº 8.537/2015, que regulamentou a Lei nº 12.933/2013 (nova Lei da Meia-Entrada), a única carteira estudantil válida será a emitida pela UNE, UBES e ANPG, pelas entidades estaduais e municipais filiadas a elas, e pelos DCEs e Centros e Diretórios Acadêmicos, desde que atendam ao padrão nacional e aos requisitos do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI). Antes, as meias-entradas em cada estado estavam formalizadas por leis locais. A direção da UNE tem comemorado essa nova lei, argumentando que a regularização das carteiras iria garantir de fato o direito da meia-entrada.

A meia-entrada é uma conquista do movimento estudantil, porém limitada, e a todo momento tem sido atacada, como quando os empresários compensam suas “meias-vendas” com o aumento do preço, ou então pela restrição no número de vagas destinadas à meia (a própria lei só garante 40% das vagas). A direção da UNE se submete aos ditames dos capitalistas, negociando uma lei com o Estado burguês de regularização das carteiras com objetivo de “convencer” os capitalistas a não supervalorizarem os preços. Trata-se da política de conciliação de classe aplicada pela UNE, que não vai garantir sequer o limitado direito conquistado da meia-entrada, esperando a boa vontade dos capitalistas, quanto mais garantir plenamente o direito ao esporte, lazer e cultura.

Tal lei não acaba com o comércio de carteirinhas, mas o regulariza centralizando-o nas mãos da UNE. Basta que as empresas e entidades fantasmas estejam conveniadas ou vin-

culadas com a UNE para que continuem a produzir a carteirinha, como já está acontecendo em vários locais. A medida burocrática da UNE visa a arrecadação de dinheiro em cima de um direito que deve ser garantido aos estudantes, às custas que cada estudante tenha de pagar 25 reais pela carteirinha, e grande parte ou todo o lucro acaba indo para a UNE.

Além disso, tal lei determina critérios a serem atendidos para a produção da carteira, que além de aumentarem seu preço de custo, na prática impossibilitam que ela seja confeccionada pela maioria das entidades estudantis, uma vez que é preciso todo um aparato tecnológico para atender aos requisitos do ITI. Com isso, a confecção das carteirinhas acaba ficando nas mãos das empresas e entidades conveniadas com a UNE, que dispõem da tecnologia necessária para se adequar aos critérios.

Não é uma lei federal que deve determinar os critérios e padrões da carteira estudantil. São os próprios estudantes, nas assembleias de base de suas entidades, que devem decidir a forma e o preço das carteirinhas. O Estado e as empresas devem reconhecer as carteirinhas, como garantia do direito, mesmo que limitado, da meia-entrada. Que as carteirinhas sejam produzidas a preço de custo, e qualquer valor a mais venha apenas como contribuição voluntária à entidade. Há que se avançar para a defesa plena ao direito de acesso à cultura, esporte e lazer, com a gratuidade nos eventos e espaços. Por fim, devemos ser contra a nova Lei da Meia-Entrada, que impõe critérios e restrições, ataca a autonomia dos estudantes de

decidirem sobre a carteirinha de suas entidades e formaliza o comércio de carteirinhas nas mãos da UNE às custas de um direito do estudante, além de ser mais uma ferramenta jurídica para o Estado atacar a independência do movimento estudantil frente à burguesia.

Em Natal, a direção da UNE faz convênio com o sindicato patronal SETURN contra os estudantes. Direção majoritária do DCE UFRN (JPT) é complacente com a traição

Durante os últimos anos, a meia-passagem tem sido garantida por meio de uma “identidade estudantil eletrônica”, gratuita, entregue pelo próprio SETURN, que tem um interesse particular em automatizar o sistema de pagamento nos ônibus para, dentre outras coisas, diminuir gastos com cobradores ou dupla-função. Ela tem sido a única reconhecida pelo SETURN, pela qual o estudante adiantava a passagem por meio de créditos no cartão. Ano passado, a justiça do RN determinou que as empresas de ônibus recebessem em dinheiro, caso o estudante preferisse, desde que apresentasse a carteira da entidade a que é vinculado. O estudante poderia utilizar então um ou outro cartão.

Não bastando a nova Lei da Meia-Entrada praticamente impossibilitar a renovação das carteiras pelas entidades, a UNE, passando por cima de todo o movimento estudantil do RN, fez um acordo de cúpula com o SETURN, vinculando a meia-passagem ao Cartão de Identificação Estudantil da UNE. Dessa forma, o estudante fica obrigado a fazer a carteira da UNE e pagar 25 reais para ter a meia-passagem. De acordo com o in-

forme da direção do DCE-UFRN no último CEB, dos 25 reais, o SETURN ficaria com 13 (o “preço de custo”) e à UNE seria repassado o lucro de 12 reais. Como podemos ver, não é nada muito diferente do comércio de carteirinhas a que os estudantes têm estado reféns, o que deveria ser um direito garantido se torna um negócio para a UNE. O SETURN, que antes fazia questão de entregar gratuitamente o cartão eletrônico, também fica com boa parte do dinheiro. Tratou-se de mais uma traição da UNE ao conjunto dos estudantes.

Ao invés de mobilizar os estudantes, a direção majoritária do DCE (JPT) tem investido em ações pelas instituições burguesas para validar suas carteiras para meia-entrada. Além disso, deu o informe no mesmo CEB de que tinha entrado com uma ação no MP para que parte do dinheiro pago pelos estudantes para obter a carteira do SETURN-UNE fosse repassado para que o DCE usasse para a confecção de suas carteiras a serem entregues gratuitamente aos estudantes que comprovassem carência (!!!). A direção majoritária JPT é complacente com o roubo aos estudantes e ainda propõe uma conciliação e que desvia os estudantes da necessidade de combater os ataques pela ação direta.

Nessa situação, tratava-se da direção do DCE chamar uma assembleia estudantil para que os estudantes decidissem sobre a sua carteirinha e encampassem uma luta unitária, junto com os outros grêmios e DCEs, contra a nova Lei da Meia-Entrada, pela gratuidade nos eventos e espaços culturais, desportivos e de lazer, e pelo passe livre para estudantes e desempregados.

E.E. Plínio Gonçalves realizou sua primeira Assembleia Estudantil para discutir a organização do grêmio independente, democrático e de luta

Os alunos da Escola Estadual Plínio Gonçalves, em Juquehy, Costa Sul de São Sebastião/SP, realizaram no dia 23/03 uma Assembleia Estudantil. O objetivo foi dar início a organização do grêmio estudantil. Os estudantes contaram com a ajuda dos professores que explicaram como funciona uma Assembleia (composição da mesa que dirige os trabalhos, inscrição de falas, marcação do tempo, encaminhamentos, votações, etc.).

Os professores explicaram que depois dos movimentos de ocupação, a vanguarda do movimento estudantil compreendeu a necessidade de defender suas escolas, e que a tarefa do momento é unir as forças em defesa da escola pública. Neste momento em que a educação é golpeada pelos governos é necessário se organizar no interior de cada escola para defender o não fechamento das salas e dos turnos, como vem ocorrendo há anos. Explicou-se também o caráter de independência que deve ter o grêmio, que geralmente é organizado pelos diretores e coordenadores, evitando-se o choque entre os alunos e a gestão, uma vez que esta é a correia de transmissão da política destruidora do governo.

Alunos e professores debateram, numa rica experiência, os problemas não só daquela escola, mas da escola pública como um todo. Os agentes do governo (supervisão e demais funcionários da diretoria de ensino) estavam na escola e tentaram intimidar com filmagens. O supervisor pediu a fala e chegou a dizer que uma professora estava tentando fazer os alunos de massa de manobra. Alunos e professores prontamente repudiaram a atitude do governista. Deixaram claro que aqueles que trabalham e estudam num espaço cada vez mais sucateado, sabem com legitimidade falar dos problemas que são sentidos cotidianamente. Quem sente o calor infernal nas salas no verão, as

goteiras em épocas de chuvas, a constante opressão por parte dos diretores autoritários sabem expressar com concretude essa situação de constante violência.

Os alunos colocaram contra a parede a direção e o supervisor da escola. Questionaram as regras hipócritas da escola, a falta de papel higiênico nos banheiros, a falta de professores, a falta de espaços de lazer (quadre esportiva). Reclamaram da sala de informática que possui apenas 3 computadores funcionando. Da falta de educação com que são tratados pela direção e coordenação. Da falta de ar-condicionado em todas as salas (apenas 1 das 7 salas possui o ar).

Ao final da Assembleia os estudantes elegeram uma comissão eleitoral que irá dar continuidade ao processo de eleição do grêmio.

Essa experiência real, de democracia direta, tem sido sistematicamente negada aos estudantes e professores ao longo dos anos. O que se vê é uma escola cada vez mais destruída e diretores cada vez mais autoritários que impedem toda e qualquer atitude de questionamento dos estudantes e trabalhadores. Precisamos quebrar esse autoritarismo e a assembleia estudantil com a organização dos grêmios é o melhor caminho.

Experiências como essa são muito importantes, pois contribuem com a politização de alunos e professores que passam a debater com propriedade os problemas enfrentados todos os dias. O desafio é que experiências como essas não sigam isoladas.

EM DEFESA DAS ASSEMBLEIAS ESTUDANTIS ORGANIZADAS PELOS ALUNOS, SEM INTERFERÊNCIA DE DIRETORES!

POR UM GRÊMIO INDEPENDENTE, DEMOCRÁTICO E COMBATIVO!

ABAIXO O AUTORITARISMO NAS ESCOLAS!

Bahia / Diante dos ataques dos governos federal, estaduais e municipais: a resposta é mobilização e luta com os métodos da ação direta!

Os servidores públicos estaduais da Bahia realizaram um ato no dia 07/04 na Assembleia legislativa (ALBA) e em frente à governadoria. Diversas categorias estiveram presentes para protestar contra o reajuste zero que representa confisco nos salários do funcionalismo público e contra o PLP 257/2016. Como se não bastasse o peso da crise que os capitalistas têm jogado sobre os ombros dos trabalhadores por meio de seus governos e congresso, estamos agora diante de mais um duro ataque, o PLP 257/2016, intitulado de “Plano de Auxílio aos estados e distrito federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal”. O referido PLP 257/16 tramita em regime de urgência constitucional na Câmara dos Deputados. O projeto prevê a renegociação da dívida dos estados, mas para que isso ocorra se impõe uma série de exigências que comprometem diretamente os serviços públicos e a vida dos servidores, dentre eles se destaca suspensão dos concursos públicos, congelamento dos salários já corroídos pela inflação, não pagamento de progressões, destruição da previdência social, revisão de regime jurídico de servidores e outros fortes ataques ao funcionalismo público.

As universidades estaduais da Bahia (UNEB, UEFS, UESB e UESC) também paralisam suas atividades durante todo o dia 07/04 em resposta aos ataques do governo Rui Costa (PT). As manifestações foram construídas em unidade com o funcionalismo público estadual duramente atingido com as ofensivas

que retiram direitos conquistados com muita mobilização e luta. Na parte da tarde fizeram um ato em frente à Secretaria Estadual de Educação

Em dezembro de 2015, o movimento docente das estaduais da Bahia protocolou uma pauta de reivindicações que foi ignorada pelo governo do estado. Dela se destaca o aumento salarial de 15,5%. As universidades públicas estão completamente sucateadas, falta estrutura básica para seu funcionamento (salas de aulas, biblioteca, clínicas-escola, laboratórios) e a retirada de direitos como licença-prêmio, corte do adicional de insalubridade de 846 docentes das UEBAS dentre outros duros cortes e retiradas de direitos básicos que têm atingido não só os docentes, mas os estudantes, como o não atendimento de demandas ligadas ao acesso e permanência. A Corrente Proletária na Educação/POR esteve presente, panfletando, se solidarizando com a luta dos servidores públicos e estudantes das UEBAs.

Todo apoio às manifestações e luta dos servidores públicos do estado da Bahia!

Nenhum direito retirado dos trabalhadores!

Abaixo o PLP 275/2016!

Abaixo a lei antiterror que criminaliza os movimentos sociais!

Contra todos os cortes na educação e na saúde!

Rio Grande do Norte:

Seminário do fórum estadual dos servidores

É preciso construir a luta unitária dos servidores pela base a partir das reivindicações gerais que unificam as categorias.

No dia 11/03, ocorreu um seminário organizado pelo Fórum Estadual dos Servidores, com o intuito de dar um passo inicial na construção de uma luta unificada. Entre os pontos discutidos estiveram a defesa da previdência dos servidores e a construção de uma pauta unificada dos servidores estaduais. O evento contou com a presença das direções do SINSP, SINDSAÚDE, SINPOL, SINAI e SINDFERN, porém com uma ínfima presença da base.

Ataque do governo à previdência: é necessário responder com a ação direta

Na discussão sobre a previdência, foi feito um histórico da previdência no RN, da criação da autarquia IPERN e dos recentes saques realizados pelo governo Robinson, que somam cerca de 650 milhões, com a ameaça de não reposição dos mesmos. Ressaltou-se também a intenção dos governos em aumentar a alíquota de contribuição previdenciária dos assalariados de 11% para 14%, e em alguns estados chegando a 17%.

No RN, a alíquota é 11%, mas tudo indica que o governo Robinson, ao esgotar os recursos do FUNFIRN e se vendo fortalecido pela orientação geral dos governos de ataque à previdência, como a reforma da previdência do governo federal e as contrapartidas da renegociação das dívidas dos estados, utilizará também isso a seu favor para aumentar a contribuição dos trabalhadores e realizar um forte ataque à previdência estadual, com o desmonte da previdência estadual e a instituição

da previdência complementar privada.

Uma das soluções colocadas pelo conselheiro da Previdência para o problema, consensuada pelas demais direções, inclusive o SINDAÚDE (PSTU e independentes), foi a de um modelo mais transparente e fiscalizador na concessão das aposentadorias, colocando como um problema de gestão. Foi colocada a importância de eleger representantes sindicais para o Conselho da Previdência Estadual. O POR entende que o problema da previdência estadual é um problema econômico e político: os capitalistas têm obrigado os governos a intensificarem os ataques aos direitos dos trabalhadores, dentre eles a previdência, com o objetivo de defender o lucro dos capitalistas. Por isso, o problema da previdência será resolvido nas ruas, pelo método da ação direta (ocupações, manifestações, etc). A via institucional do Conselho da Previdência é ineficaz, não vai impedir a destruição da previdência estadual, como não impediu a retirada de 650 milhões, mesmo tendo como presidente do Conselho um representante sindical.

O governo e as instituições estatais têm anunciado um suposto déficit na previdência, e têm utilizado isso como argumento para a destruição da previdência como um direito elementar. Essa manipulação contábil esconde o fato de que os capitalistas e seu Estado vêm se livrando cada vez mais do seu dever de garantir a previdência como um direito do trabalhador, como parte da seguridade social, da reprodução da força de trabalho, e jogado o peso de seu financiamento para os próprios assalariados, que destinam

parte dos seus salários de miséria para custear o que deveria ser o seu próprio direito, acabando por se tornar uma obrigação. Por isso, nada de alíquota de contribuição para o trabalhador!

É necessário que combatamos todo tipo de maquinação do governo estadual para destruir a previdência. Precisamos também levantar as reivindicações que defendam as condições de vida, unifiquem e armem os trabalhadores contra os ataques que vieram e que estão por vir. Por isso, devemos não só exigir a **reposição imediata dos saques do FUNFIRN**, que é um dinheiro do trabalhador, mas também fazer a defesa de um **regime de previdência único, gratuito para o trabalhador (alíquota ZERO), totalmente custeado pelos capitalistas e seu Estado**. Contra o aumento do tempo de serviço e da idade mínimos: *que sejam os trabalhadores que decidam, nas assembleias de base, qual deve ser a idade e o tempo de serviço mínimos para se aposentar*.

Derrotar o governo com luta e pauta de reivindicações unificadas, construídas a partir da base

A crise capitalista de superprodução tem se intensificado mais e mais, e os governos e capitalistas têm se mostrado unidos em atacar os direitos e as condições de vida das massas, com o objetivo da manutenção dos seus lucros e o pagamento da dívida externa. Por isso, para os trabalhadores não há outra saída senão construir a luta unificada. No ano passado, isso se mostrou evidente: as categorias em suas greves isoladas, apenas fazendo um ou outro ato unificado, não foram capazes de impor ao governo estadual o reajuste. Os trabalhadores da saúde chegaram a ocupar por uma semana a governadoria, mas nem isso foi capaz de quebrar a intransigência do governador.

Para que essa unidade se efetive, é preciso construir uma pauta com reivindicações gerais, que unificam e defendem as condições de vida das categorias. Não se trata de discutir entre as categorias e chegar a um consenso sobre qual deve ser a porcentagem do reajuste a ser reivindicado, quando a maior parte

dos trabalhadores recebem um salário insuficiente para garantir a satisfação das necessidades de suas famílias. Por isso, a unidade deve se dar em cima da defesa da **reposição imediata das perdas salariais**, e de um **salário mínimo vital** (suficiente para satisfação das necessidades da família, como saúde, transporte, vestimenta, lazer, alimentação, etc), calculado pelas assembleias de base, protegido com a **escala móvel de reajuste**.

É preciso se contrapor também às terceirizações, que são um ataque aos direitos trabalhistas, condicionando os terceirizados a condições de trabalho precárias, atrasos de salários, instabilidade no emprego. Por isso, devemos defender o **fim da terceirização, com efetivação dos terceirizados, sem concurso público**. Além disso, devemos combater o desemprego que cresce cada vez mais no nosso estado e país, com a **escala móvel das horas de trabalho** (divisão das horas de trabalho entre todos os aptos).

Tais reivindicações devem projetar a luta dos servidores estaduais para uma luta unificada entre todos os assalariados, funcionários e empregados públicos, terceirizados, operários, etc, sob a tática da *frente única sindical*.

Além disso, essa unidade deve ser construída a partir da base. O POR faz uma crítica às direções dos sindicatos que compõem o fórum por não realizarem a tarefa de mobilizar suas bases para fortalecer as plenárias do fórum. Na assembleia do SINDSAÚDE, mesmo com o nosso pedido de informe, a direção (PSTU e independentes) não teve o empenho sequer de informar sobre a próxima reunião do fórum. O POR critica também a forma como se tem construído a pauta de reivindicações: propostas legalistas e rebaixadas, que não representam as necessidades da base das categorias, além da pouca presença da base nas plenárias para discutir e deliberar a pauta. *Defendemos a construção de uma pauta de reivindicações fruto da discussão nos locais de trabalho e nas assembleias das categorias, que conflua numa ampla e massiva plenária/assembleia do fórum, que delibere uma pauta de reivindicações unificada*.

Rondônia

Manobra da burocracia do Sintero põe fim a greve dos trabalhadores da educação do município de Porto Velho

Os trabalhadores da educação do município de Porto Velho deflagram greve dia 14/03 contra a vontade da burocracia do Sintero, que desde o início tentou manobrar para que a greve não saísse, alegando sempre o limite da lei eleitoral. É sempre assim, quando não é período eleitoral apresentam a justificativa de percentual rebaixado ou não pela Lei de Responsabilidade fiscal. Afinal de qual lado se encontram os burocratas do Sintero, do lado da base ou do governo e prefeito?

A situação de precarização do ensino no município é por demais caótica e o achatamento dos salários é visível. O movimento continuou mesmo com todas as tentativas de enfraquecimento da luta feita pelos burocratas. Desde o início da greve, houve uma paralisação de cerca de 80% das escolas. Em suas infinitas negociações com a prefeitura, a burocracia não conseguiu arrancar nada além do que o prefeito já tinha apresentado antes do início da greve.

De fato, o prefeito não retrocedeu um milímetro do que já tinha proposto para a categoria e, quando o movimento ficou mais forte ainda, ameaçou não incorporar os 80 reais de gratificação ao salário, sabendo que, com essa ameaça, contava com a direção do sindicato ao seu lado.

O que de fato aconteceu foi que permaneceu a incorporação dos R\$ 80,00 no vencimento, o pagamento do quinquênio em questão e só acrescentou uma mísera esmola em forma de gratificação no vale alimentação de R\$ 40,00 reais que passou de R\$ 240,00 para R\$ 280,00. O movimento foi quebrado no dia 01/04.

E qual foi o posicionamento da Corrente Proletária da Educação (CPE) frente às manobras da burocracia do Sintero?

A CPE desde o primeiro dia se posicionou contrária aos encanamentos indicados pela burocracia desde o dia 14, quando a greve dos trabalhadores em educação dos mu-

nicipais foi deflagrada, mostrando que no dia seguinte estava iniciando-se uma paralisação nacional da educação e que neste momento a realização de assembleias unificadas para discutir encaminhamentos de greve dos trabalhadores estaduais e municipais da educação representaria uma força para a luta conjunta de enfrentamento aos ataques do governo e prefeito sobre as condições de vida e trabalho dos trabalhadores da educação do estado de Rondônia e do município de Porto velho.

E vejam só como continuou a cantilena de sempre. Para a atividade do dia seguinte, que correspondeu ao início da paralisação nacional, a burocracia avisou que não precisaria da presença dos trabalhadores municipais no sindicato, pois naquele dia estava marcada a assembleia dos trabalhadores estaduais para decidirem sua pauta de reivindicações que seria negociada com o governador no dia 17, quando terminou a paralisação nacional e encerrava-se por aí a proposta de greve da categoria nos estaduais com a aceitação da seguinte proposta, conforme boletim do sindicato: *“Durante a reunião, os representantes do governo relutaram, fizeram cálculos, discutiram, e no final acabaram aceitando a proposta discutida e aprovada pelos trabalhadores em educação, inclusive com as ressalvas.*

Veja o que ficou, então, decidido, conforme os trabalhadores em educação aprovaram:

- Implantação do Auxílio Alimentação no valor de R\$ 253,00 para todos os trabalhadores em educação (Professores, Técnicos Administrativos e demais trabalhadores. Para os Técnicos Educacionais esse valor representa em torno de 25% de acréscimo no salário).
- Incorporação imediata da gratificação de Auxílio Educacional de 10% para todos (Professores, Técnicos Educacionais, demais trabalhadores. Essa incorporação gera reajuste para os aposentados e aumenta as gratificações e vantagens pessoais calculadas sobre o vencimento básico de todos).
- Aumento da gratificação de docência, de R\$ 280,00 para R\$ 620,00, beneficiando os Professores, Orientadores e Supervisores, sendo que os professores que atuam no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, os professores de CAA, CBA e os que atuam no ensino especial, poderão optar pela gratificação que já recebem ou por essa gratificação, o que for mais vantajoso.
- *Adequação do módulo aula com uma melhor distribuição das aulas.*

Todas as mudanças serão implantadas no mês de abril, mas com efeito retroativo a março, já que a folha deste mês já está fechada.

- *Continuação da implantação do Auxílio Transporte nas localidades onde ainda não é pago.*
- *Manutenção do pagamento de R\$ 300 mil por mês em licença prêmio, sendo R\$ 50 mil para aposentados, R\$ 50 mil para portadores de doença grave, e R\$ 200 mil para professores em sala de aula e Técnicos Educacionais, e a possibilidade de conceder a licença aos trabalhadores em educação que estão sem lotação”.* Proposta votada em assembleia e acatada pelo governo Confúcio Moura/PMDB. Essa proposta é parte da manobra feita pela burocracia para arrancar a

aprovação pelo voto da base e deixa para trás a reivindicação do percentual de perdas salariais de mais de 27%.

Os três dias de paralisação acontecem em meio a uma intempestividade de problemas de crise política no país com disputas interburguesas pelo governo federal e a Confederação Nacional da Educação (CNTE) chama três dias de paralisação fazendo um alerta em torno de 6 pontos cruciais enfrentado pelos educadores do país no momento atual: 1. O cumprimento do piso salarial; 2. Contra a terceirização; 3. Contra a entrega das escolas às Organizações Sociais (OSs); 4. Contra o parcelamento de salários; 5. Contra a militarização das escolas públicas; 6. Contra a reorganização das escolas. Esses seis pontos destacados são características do aprofundamento da precarização do trabalho docente e da privatização do ensino público em todos os níveis, independente da categoria entrar em greve ou não precisa compreender as raízes dos problemas que está enfrentando e para saber com quais armas enfrentar os nossos algozes até podermos construir a escola única, momento em que teremos a verdadeira valorização do magistério com o salário mínimo vital e escala móvel de horas de trabalho de salário. E sequer abriram para debate no interior das assembleias. Três dias que poderiam além das manifestações de rua e outras ações diretas, terem se convertido em momentos de formação política sobre os 6 pontos indicados pela CNTE da qual faz parte a conjuntura política e econômica do país num momento tão crucial em que a burguesia prepara um golpe institucional, cujas consequências maléficas recaem sobre a maioria explorada.

São problemas que afetam aqueles que trabalham na educação em todos os níveis e redes de ensino, portanto a unificação das lutas com pautas também unificadas está na ordem do dia. E o que se vê nas indicações das direções traidoras é o esfacelamento das atividades e enfraquecimento das ações que resultam em perdas seguidas de conquistas históricas.

No segmento municipal, onde não conseguiram dobrar, apesar do isolamento, no momento da greve a burocracia contou com seus aliados os vereadores José Wildes/PDT e Maria de Fátima/PT nas negociações com o prefeito, o que não alterou em nada, serviu apenas para fazer uma campanha velada para o pré candidato a prefeito Roberto Sobrinho/PT nas eleições de outubro.

A Corrente Proletária na Educação/POR interveio na greve defendendo a ação direta na luta para barrar os ataques e a intransigência do prefeito, propôs a ocupação da prefeitura e que reafirmássemos a proposta dos 25% de perdas salariais e a incorporação das gratificações ao salário base imediatamente. Mostramos que quem deve ter medo do limite relacionado à Lei Eleitoral para assinar o aumento do salário dos trabalhadores é o prefeito e não os próprios trabalhadores serem coagidos a se posicionarem pelo fim da greve em função dessa justificativa. A proposta foi manobrada e transformada numa carreata para denunciar à população com qual migalha os trabalhadores poderiam contar no seu contra cheque.

Nesta edição:

- Greve geral na França
- Uma fotografia da podridão da burguesia
- Assimilar os fundamentos do “Que Fazer?” de Lênin

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Greve geral na França

No dia 31 de março, realizou-se uma greve geral, resultante de um processo de meses de organização sindical pela base, de ocupações de escolas e universidades, que desembocou na greve de operários, assalariados e estudantes. Foi a maior mobilização desde 2010, quando milhões se mobilizaram contra os ataques do governo Sarkozy às aposentadorias.

A greve foi uma resposta à “*Lei Kohmri*” (pelo nome da Ministra de Trabalho, Myriam El Khormi), que pretende aplicar o aumento da jornada de trabalho de 10 a 12 horas ao dia, a redução das indenizações por demissões, a possibilidade de demitir ou suspender, a redução de salários e de horas-extras por decisão unilateral das empresas, o aumento de jornada para estagiários em período probatório até 40 horas semanais e 10 horas diárias, a descentralização das negociações trabalhistas por empresa, demissões coletivas, etc.

Na linha de frente, estiveram a CGT e da *Forçe Ouvrière* (Força Operária, FO), mobilizadas sob forte pressão das bases. Processo esse que vinha se desenvolvendo, segundo informes, a partir dos ferroviários de Grenoble (sul da França) que exigiram, em carta aberta, às federações SUD e CGT a preparação da greve geral, para o dia 31. Criticaram-nas duramente por negociar permanentemente com o governo, abortando, não poucas vezes, as greves setoriais. No subúrbio operário de Saint-Denis, em Paris, se constituiu uma “intersindical” de base. Nos colégios e universidades, ergueram-se embriões de assembleias gerais Inter-setoriais às quais compareceram operários e funcionários públicos, interessados em discutir com os estudantes como organizar a greve e com que bandeiras.

O estalinismo e o reformismo se mobilizaram por trás da Liga dos Direitos do Homem (LDH), focada na denúncia legal do governo Hollande e nas mobilizações tendentes a negociar uma saída com o governo pretendendo atenuar a “*Lei Kohmri*”. Tratava-se de criar, assim, um contrapeso às tendências de organização autônoma e pela base de amplos setores da vanguarda operária e estudantil.

O fundamental está em que mais de um milhão de pessoas tomaram as ruas das cidades da França contra a reforma trabalhista. Os transportes terrestre e aéreo, portos comerciais, oficinas públicas, empresas de energia e parte da imprensa paralisaram total ou parcialmente. Montaram-se bloqueios de avenidas e portos, fecharam-se e ocuparam-se escolas e universidades. Os confrontos de rua com a polícia foram os traços marcantes das mobilizações. O que mostrou que o proletariado, embora sufocado pela campanha chauvinista, é capaz de romper instintivamente com a “unidade nacional” burguesa e projetar-se como classe oprimida por meio da ação direta. Colocou-se a necessidade de se coordenar essas tendências e expressá-las nacionalmente sob um programa de reivindicações comuns e dos métodos da luta de classe.

As maciças manifestações de 31 de março, no entanto, foram produto de um amplo processo de lutas e mobilizações operárias e estudantis anteriores. No dia 26 de janeiro, ocorreu uma mobilização de 30 mil funcionários públicos e uma greve nacional docente. Tratava-se da primeira manifestação contra o governo Hollande, desde os atentados de Paris, de 13 de dezembro. Em 17 de março, 200 mil manifestantes ocuparam fábricas, ruas, escolas e faculdades rejeitando a política de ajustes, rechaçando a repressão e as medidas policiais do governo Hollande contra imigrantes. No dia 24 de março, massivas mobilizações de funcionários públicos e estudantes se chocaram com a polícia nas ruas de Paris e outras cidades. Com a greve decretada para 31 de março, resultante da unidade prática entre setores de assalariados e estudantes, conformou-se, *Stop état d'urgence* (Freiar o estado de urgência!), uma coordenação, que passaria a ser o centro organizador da greve geral de 31 de março.

Contra essas tendências, se ergueram a grande mídia e os partidos da ordem burguesa, em nome da “luta contra o terrorismo internacional”. O Partido Comunista, a Frente de Esquerda e várias lideranças sindicais socialistas ecoaram esses chamamentos e agiram para conter a greve e enfraquecer o movimento. Não conseguiram, porém, barrar o movimento. As contradições da base econômica, nas condições de crise capitalista, acabam se impondo e impulsionando a luta de classes. O que se choca com as manobras burguesas de “unidade nacional”, bandeira apoiada pelos monopólios.

O governo Hollande não modificou o rumo geral traçado pelo governo Sarkozy e a grande burguesia de atacar as condições de vida das massas. De forma que um novo avanço do movimento grevista acirrará, nas condições de crise política, os choques entre as classes antagônicas.

Nisto reside a importância da greve geral, por se tratar da primeira manifestação onde os operários, funcionários e estudantes romperam com a linha política de defesa das instituições e da conciliação de classes, sob a bandeira imperialista de “luta contra o terrorismo”.

As tentativas de fechar 20 escolas secundaristas em Paris pelos diretores e fazer lock-out patronal em algumas indústrias fracassaram. Não conseguiram distorcer o rumo da greve.

Embora o movimento operário continue influenciado pela política da burocracia sindical, a greve geral expressou uma ruptura no seio dos aparatos. Os explorados e a juventude não têm outra via para resistir à política econômica que descarrega a crise sobre a maioria dos franceses a não ser reconquistando a democracia operária e pondo em pé organismos independentes, criados na luta. O movimento operário francês se projeta por toda a Europa e, sem dúvida, para a classe operária mundial. A tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskista, como parte da reconstrução da IV Internacional comparece objetivamente na situação de decomposição do capitalismo europeu e mundial.

“Panamá papers”

Uma fotografia da podridão da burguesia

O vazamento das informações secretas das contas e empresas utilizadas para evadir impostos e ocultar capitais, conhecido como o escândalo “Panamá Papers”, inclui 214.488 “estruturas jurídicas” relacionadas com empresários, políticos, narcotraficantes e outras personagens de mais de 200 países.

A obtenção das provas documentais contra as empresas de fachada, envolvidas em atos de lavagem de dinheiro, evasão de impostos e outras operações financeiras ilegais, foi o resultado do trabalho do *Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação (ICIJ)*, com sede em Washington (EUA), e o jornal alemão “*Süddeutsche Zeitung*”, contando com a colaboração de uma equipe de 376 jornalistas de 76 países. No Brasil, o Estadão e a VEJA contribuíram com jornalistas e apoio institucional aos vazamentos.

O intermediário das operações foi o consórcio de advogados *Mossack-Fonseca*, especializado na criação de empresas off-shore, com sede nas Ilhas Niue e Ilhas Virgens. Jürgen Mossack é filho de um membro da Waffem-SS nazista, que no pós-guerra trabalhou para a CIA. Carlos Fonseca foi até pouco tempo presidente do partido do atual presidente de Panamá, Juan Carlos Varela, o Partido Panameñista. Cargo que renunciou para responder às apurações que o envolvem com a corrupção na Petrobrás (“Petrolão”).

A publicação de 11,5 milhões de documentos trouxe nomes de empresas ligadas a vários políticos e empresários do Brasil. Dentre eles, vários envolvidos com o “Petrolão” e o “Lava Jato”. É possível que esses documentos eram do conhecimento do juiz Sérgio Moro, interessado em comprometer o PT e seu governo. No entanto, nos documentos constam nomes de proeminentes “golpistas” da oposição burguesa e empresarial.

O parasitismo financeiro

Desde a queda de Lehman Brothers, em 2008, os envios e empréstimos de dinheiro provenientes dos paraísos fiscais duplicaram em volume. Os grandes bancos (UBS, HSBC, Santander Private Banking, Credit Suisse First Boston, Merrill Lynch, etc.) têm servido à circulação dos capitais provenientes da evasão fiscal, da corrupção, das manobras financeiras, do tráfico de entorpecentes e de armas, do contrabando do petróleo e diamantes. Trata-se da ampliação do parasitismo financeiro em todo o mundo sob a forma de novos empréstimos, fundos de privatizações, aquisição de ações, investimentos de guerra, etc.

28 bancos alemães (entre mais de 500 bancos envolvidos por todo o mundo) usaram os serviços de *Mossack-Fonseca*, criando mais de 1.200 empresas off-shore. Parte desse montante de capitais voltou à Europa na forma de empréstimos e compra de títulos de dívida pública. Tratam-se dos mesmos bancos e financistas que exigiram das massas gregas que pagassem a crise de seu país com o desemprego, fome e miséria e com o pagamento da dívida externa que afoga ao país.

Como se vê, não há antagonismo entre atividades “lícitas” e “ilícitas” no capitalismo, enquanto o capital-dinheiro - sem se importar com sua origem - serve à reprodução ampliada do capital monopolista e aos interesses mais venais da burguesia imperialista e semicolonial. A cobertura legal de empresas não obscurece o fato de que se trata de um gigantesco montante de riquezas subtraídas por meio do saque às semicolônias e da superexploração da força de trabalho. E fundamentalmente demonstra que as leis econômicas do capitalismo e suas tendências mais gerais impossibilitam que enorme montante de riqueza socialmente produzida volte à economia em forma de ca-

pital-produtivo, impossibilitada de ser aplicada à produção social, devido à crise de superprodução e da lei tendencial à queda da taxa dos lucros dos monopólios.

Em última análise, o regime burguês não poupa esforços em proteger os grandes capitalistas, enquanto exigem das massas que paguem a crise com suor e sangue.

Revelações como estas servem para demonstrar ao proletariado e demais oprimidos que uma das primeiras tarefas da revolução é estatizar o sistema financeiro, acabar com o parasitismo da burguesia e voltar os gigantescos recursos para movimentar a economia, pôr fim ao desemprego e garantir as condições de existência das massas. Nesta luta, coloca-se o objetivo de romper os elos que prendem o Brasil semicolonial ao imperialismo, decretando o não pagamento da dívida pública e externa. Toda contabilidade da burguesia deve ser aberta à população para que conheça o parasitismo e as falcaturas dos bancos, das multinacionais, das grandes empresas nacionais e dos governos. É preciso revelar em detalhes a sangria que o imperialismo impõe aos países de economia atrasada e o papel servil das burguesias nacionais. A podridão que por ora se revela é apenas uma pequena amostra da decadência do capitalismo da época imperialista. Somente o programa da revolução e ditadura proletárias, encarnado pelas massas em luta, poderá combater a sociedade burguesa que apodrece e superá-la por meio do socialismo. Organizemos o partido da revolução social. Esse é um instrumento que nos falta para enfrentar a barbárie capitalista.

Nota: Os parasitas e ladrões brasileiros

Inúmeras personalidades, empresários e jornalistas tiveram suas contas clandestinas reveladas. Nas listas estão empresas ligadas ao PDT, PMDB, PP, PSB, PSDB e PTB. No total, são 107 empresas vinculadas a políticos e empresários brasileiros, a exemplo do presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha (PMDB); do usineiro e ex-deputado João Lyra (PTB), que usou a “empresa” South America Beef Company AS para investir em imóveis e ações, no Brasil e no exterior; do ex-ministro de energia, Edison Lobão (PMDB); do ex-deputado federal Etivaldo Vadão Gomes (PP); do ex-governador de Minas Gerais, Newton Cardoso (PMDB), que comprou um apartamento em Londres, por meio da empresa fantasma Desco Trading Ltda; do deputado Newton Cardoso Jr (PMDB), que usou a companhia off-shore Cyndar Management para comprar um helicóptero por 1,9 milhões de dólares; do ex-senador e ex-presidente do PSDB, Sérgio Guerra; do filho do senador Lobão, que usou a off-shore VLF International Ltda para comprar um apartamento em Miami; do prefeito Márcio Lacerda (PSB), que usou como testa-de-ferro seu filho, Gabriel Nascimento de Lacerda, para operar uma conta bancária na Genebra, Suíça. Mas, também estão aí os nomes de Luiz Eduardo da Rocha Soares e Olívio Rodrigues Dutra, investigados por contas secretas da empreiteira Odebrecht. Muitos outros nomes ainda estão vindo à tona como Robson Marinho, conselheiro do TCE-SP e Delfim Netto.

Diante de fatos como esse, torna-se mais visível a necessidade dos explorados constituírem um tribunal popular, nascido das lutas, apoiado nas assembleias e manifestações. Os crimes da burguesia não serão investigados até o fim e punidos pelo Estado burguês. Somente os explorados têm interesse em revelar que os crimes particulares deste ou daquele empresário, banqueiro, político e jornalista (há vários jornalistas brasileiros implicados) fazem parte do parasitismo geral da burguesia.

Assimilar os fundamentos do “Que Fazer?” de Lênin

No Jornal Massas anterior, publicamos uma matéria intitulada “A Importância do Artigo ‘Por onde Começar’”, escrito em maio de 1901, por Lênin. As formulações contidas no “Por onde Começar” valem por si mesmas. No entanto, recorremos a esse escrito de Lênin, por ter sido o precursor do folheto “Que Fazer? (Problemas candentes de nosso movimento)”. Indicamos que daríamos continuidade neste número do Massas.

O folheto “Que Fazer?”, na realidade, é um extenso livro. Trata de vários aspectos da teoria marxista do partido. De forma que procura-mos expor suas teses fundamentais em uma sequência de artigos.

O próprio Lênin, anos mais tarde, recomendava estudar essa obra de acordo com as condições do movimento operário e do processo revolucionário na Rússia. Tinha claro que a formação e desenvolvimento do partido do proletariado em cada país percorrem um caminho, cujas determinações históricas expressam particularidades.

Um aspecto do “Que Fazer?” que indica uma discussão singular na formação da socialdemocracia russa se encontra logo no início do primeiro capítulo, nomeado *Dogmatismo e “Liberdade de Crítica”*. Devido à singularidade, poderíamos deixar de lado. No entanto, não há singularidade no pensamento de Lênin que não seja manifestações de leis gerais. Como rigoroso marxista, todo seu pensamento está marcado por situações objetivas, concretas, que em seu processo de realização permitem evidenciar os fundamentos gerais, portanto, teóricos. Os adversários de Lênin, na realidade, da fração marxista que este encabeçava, levantavam a bandeira de “Liberdade de Crítica” e contra um suposto dogmatismo. Está aí por que “O Que Fazer?” começa por esta questão.

Era necessário demonstrar que os socialdemocratas, encastelados na publicação *Rabócheie Dielo* e aglutinados na fração “União de Socialdemocratas Russos”, que, como a fração de Lênin, constituiu-se no exterior, representavam o revisionismo do marxismo, em cuja base se encontrava o reformismo de Eduard Bernstein. Para eles, a defesa e a aplicação do marxismo como ciência do proletariado não passavam de estreito dogmatismo. Lênin vai demonstrar que a fração que resistia a transformar a dispersa socialdemocracia russa em um partido programático, centralizado e orientado por um jornal nacional reproduzia na Rússia, a seu modo, as posições do Bernstein de que era preciso ter “uma atitude ‘crítica’ diante do marxismo envelhecido, dogmático”. Sob a bandeira da “liberdade de crítica”, os revisionistas dissolviam a doutrina socialista de Marx e Engels em generalidades e ecletismo. Essa atitude política dos partidários da “União de Socialdemocratas Russos” acobertava a negação do marxismo e o seu conteúdo de classe pequeno-burguês.

Lênin faz uma síntese das revisões, defendidas sob a bandeira de “liberdade de crítica e de luta contra o dogmatismo”. Eis: “A socialdemocracia deve se transformar, de partido da revolução social, em um partido democrático de reformas sociais. Bernstein apoiou essa reivindicação política com uma bateria de ‘novos’ argumentos e considerações bastante harmoniosamente concatenados. Negou-se a possibilidade de fundamentar cientificamente o socialismo e de demonstrar, do ponto de vista da concepção materialista da história, sua necessidade e inevitabilidade; negou-se o fato da miséria crescente, da proletarização e da exacerbação das contradições capitalistas; declarou-se inconsistente o próprio conceito do ‘objetivo final’ e rechaçou-se absolutamente a ideia da ditadura do proletariado; negou-se o antagonismo de princípios entre o liberalismo e o socialismo; negou-se a teoria da luta de classes, advogando que não é aplicável a uma sociedade estritamente democrática, governada conforme a vontade da maioria, etc.”

A posterior cisão entre bolcheviques e mencheviques demonstrará que Lênin estava com a razão em caracterizar que a socialdemocracia estava diante de “uma nova variante do oportunismo”. Mascara-se com a bandeira de “liberdade de crítica” para defender posições

antimarxistas. Ou seja, nas palavras de Lênin “a liberdade de introduzir no socialismo ideias burguesas e elementos burgueses”.

Em resposta à posição de tornar a socialdemocracia um partido democrático de reformas e inconsistente, Lênin fez uma de suas primeiras formulações sobre o partido como vanguarda revolucionária do proletariado. É o que depreendemos da seguinte passagem inicial do “Que Fazer?”: “*Marchamos em um pequeno grupo unido por um caminho acidentado e difícil, fortemente tomado pelas mãos. Estamos rodeados de inimigos por todos os lados e temos de marchar quase sempre sob seu fogo. Unimo-nos em virtude de uma decisão livremente assumida, precisamente para lutar contra os inimigos e não cair, tropeçando, no pântano vizinho, cujos moradores nos reprovam por termos nos separado em um grupo distinto e por escolhermos o caminho da luta e não o da conciliação*”.

O “vizinho” utilizado por Lênin de forma figurativa correspondia à fração socialdemocrata internacional que renegou o marxismo e se pôs a formular críticas contra a ortodoxia e doutrinário em defesa de teses reformistas. Na socialdemocracia russa essa tendência revisionista se manifestou historicamente como “marxistas legais”, que predicavam “a teoria da atenuação das contradições sociais, proclamando que é absurda a ideia da revolução social e da ditadura do proletariado, reduzindo o movimento operário e a luta de classe a um sindicalismo estreito e à luta ‘realista’ por pequenas e graduais reformas”. Tratava-se do economicismo, cuja orientação encarregava a classe operária da luta estritamente econômica e a intelectualidade de se juntar com os liberais para a luta política.



O enorme esforço de Lênin por desenvolver a teoria marxista nas condições concretas da luta de classes internacional e na Rússia era rechaçado pelos economicistas, que encarnavam o ecletismo e a ausência de princípios. Lênin, ao contrário, combatia o “rebaixamento do nível teórico”. Demonstrava que o baixo desenvolvimento teórico da socialdemocracia russa era um grande obstáculo para transformar o proletariado em força revolucionária consciente. A socialdemocracia estava no início de sua formação, não havia “ajustado suas contas com as outras tendências do pensamento revolucionário”. Por ser internacionalista, tinha de assimilar as experiências de outros países. Essa tarefa não podia ser cumprida apenas copiando tais experiências. Era preciso “assumir uma atitude crítica diante da experiência e comprová-la por si próprio”. O que exigia a elevação teórica.

Lênin recorre aos ensinamentos de Engels sobre a importância decisiva da teoria revolucionária. Eis a conclusão de Lênin: “*Sem teoria revolucionária, não pode haver tampouco movimento revolucionário. Nunca será demais insistir sobre esta ideia, em um momento em que a prédica em voga do oportunismo acompanha uma paixão pelas formas mais estreitas da atividade prática*” (...) “*Por enquanto não pretendemos senão indicar que somente um partido dirigido por uma teoria de vanguarda pode cumprir a missão de combate de vanguarda*”. Lênin não fazia senão defender e desenvolver o fundamento do socialismo científico da unidade entre a teoria e a prática.

Concluimos essa parte do estudo do “Que Fazer?” com a previsão que fecha o primeiro capítulo. “*A história coloca-nos hoje uma tarefa imediata que é a mais revolucionária de todas as tarefas imediatas do proletariado de nenhum outro país. A realização dessa tarefa, a demolição do mais poderoso baluarte, não já da reação europeia, mas também (podemos dizê-lo hoje) da reação asiática, transformaria o proletariado russo na vanguarda do proletariado revolucionário internacional*”.

O fato de a fração leninista ter derrotado a fração revisionista permitiu que o bolchevismo dirigisse a revolução de outubro de 1917 e projetasse a classe operária russa na mais elevada expressão do internacionalismo.